

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

RELATÓRIO

FINANCIAMENTO DE PRODUTOS DE APOIO

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

(Despacho n.º 7225/2015, de 11 de julho)

ANO 2016

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Preparação, compilação e elaboração
DGE – Alexandra Crespo e Filomena Pereira
IEFP, I.P. – Leonardo Conceição e Sérgio Moleiro
INR, I.P. – Lobélia Melo e Rita Vilhena
ISS, I.P. – Glória Pargana e Maria Gabriela Teixeira

Documento a ser disponibilizado por via eletrónica na página do INR, I.P.

ÍNDICE GERAL

Introdução	8
Parte I	
Enquadramento legal do sistema de atribuição de produtos de apoio ano 2016	10
Parte II	
Avaliação física e financeira do financiamento global dos produtos de apoio ano 2015/2016	11
Parte III	
Direção Geral da Saúde	13
Produtos de apoio por tipologia de deficiência	16
Distribuição por entidades prescriptoras	18
Execução Financeira	19
Síntese	20
Parte IV	
Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)	21
Uniformização de procedimentos do ISS, I.P.	22
Rede de Centros prescritores especializados do ISS, I.P.	23
Execução 2016	24
Caraterização dos beneficiários	24
Tipo de deficiência/alteração da função/alteração de estrutura	29
Caraterização dos produtos de apoio	31
Execução financeira	38
Síntese conclusiva	40

Parte V

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.)	41
Caraterização dos beneficiários	41
Pessoas apoiadas por região	41
Pessoas apoiadas por sexo	41
Pessoas apoiadas por grupo etário	42
Pessoas apoiadas por habilitações académicas	42
Pessoas apoiadas por tipo de deficiência e alteração das funções	43
Caraterização da execução física e financeira	43
Execução física e financeira global	43
Execução física e financeira por tipo de deficiência e alteração das funções	44
Caracterização dos produtos de apoio atribuídos	44
Caracterização dos produtos de apoio por classificação ISO	44
Caracterização do financiamento por região e classificação ISO	45
Considerações finais	46

Parte VI

Direção Geral da Educação (DGE)	48
Distribuição de produtos de apoio	48
Distribuição de alunos que receberam produtos de apoio	49
Distribuição de produtos de apoio por categoria (classificação ISO)	49
Execução financeira	50

Parte VII

Síntese global das entidades	51
------------------------------	----

Parte VIII

Síntese conclusiva global da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio das entidades	53
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Produtos de apoio entregues por Administração Regional Saúde	13
Prescrição de produtos de apoio por sexo (DGS)	14
Entidades associadas à prescrição por ARS	15
Distribuição de produtos de apoio por tipologia de deficiência (DGS)	17
Distribuição do n.º de beneficiários por Centro Distrital da Segurança Social	25
Distribuição do n.º de beneficiários por sexo (ISS, I.P.)	25
Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário (ISS, I.P.)	26
Distribuição do n.º de beneficiários por grupo etário (ISS, I.P.)	28
Distribuição do n.º de beneficiários por sistema e subsistema da saúde (ISS, I.P.)	28
Distribuição do n.º de beneficiários por alteração da função (ISS, I.P.)	29
Distribuição do n.º de beneficiários por alteração da estrutura (ISS, I.P.)	30
Distribuição do n.º de produtos de apoio financiados por Centro Distrital da Segurança Social	32
Distribuição do n.º de produtos de apoio por entidade prescritora (ISS, I.P.)	33
Distribuição do n.º de produtos de apoio por finalidade (ISS, I.P.)	34
Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO (ISS, I.P.)	36
Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO, execução financeira (ISS, I.P.)	38
Distribuição de pessoas apoiadas por região (IEFP, I.P.)	41
Distribuição de pessoas apoiadas por sexo (IEFP, I.P.)	41
Distribuição de pessoas apoiadas por grupo etário (IEFP, I.P.)	42
Distribuição de pessoas apoiadas por habilitações académicas (IEFP, I.P.)	42
Distribuição de pessoas apoiadas por região últimos 5 anos (IEFP, I.P.)	46

Distribuição de pessoas apoiadas por região (IEFP, I.P.) 46

Distribuição de produtos de apoio por região (IEFP, I.P.) 47

ÍNDICE DE QUADROS

Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade 13

Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade 14

Evolução da execução do financiamento dos produtos de apoio 14

Número de beneficiários com múltiplos produtos de apoio financiados (ISS, I.P.) 23

Distribuição do n.º de produtos de apoio por escalão etário por Centro Distrital da 28

Segurança Social

Distribuição de produtos de apoio por classe ISO por Centro Distrital da 38

Segurança Social (nº)

Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO por Centro Distrital da 38

Segurança Social (%)

Dotação, valor executado e taxa de execução por Centro Distrital da Segurança 40

Social

Principais Indicadores (ISS, I.P.) 41

Distribuição dos produtos de apoio por grupo etário (IEFP, I.P.) 44

Distribuição dos produtos de apoio por tipo de deficiência/alteração das funções 44

(IEFP, I.P.)

Execução física e financeira (IEFP, I.P.) 45

Execução física e financeira por tipo de deficiência/alteração das funções (IEFP, 46

I.P.)

Execução física por classificação ISO a 2 dígitos (IEFP, I.P.) 47

Produtos financiados por classificação ISO (IEFP, I.P.) 47

Custo médio dos produtos de apoio atribuídos por classificação ISO (IEFP, I.P.) 48

Evolução dos últimos 4 anos (IEFP, I.P.)	48
Distribuição dos produtos de apoio por Centro de Recursos Tecnologia de Informação e Comunicação para a educação especial - CRTIC (DGE)	51
Classificação dos produtos de apoio por referência ISO 9999-2007 (DGE)	52
Produtos de apoio atribuídos por agrupamento de escolas, alunos abrangidos e montantes disponibilizados (DGE)	53
Resumo da evolução global física e financeira por entidades financiadoras referente ao ano de 2016	57
Monitorização de processos rececionados e encaminhados em sede de CAPA	59

ÍNDICE DE TABELAS

Produtos de apoio entregues por ARS	13
Produtos de apoio entregues por faixa etária (DGS)	14
Entidades associadas à prescrição por ARS	15
Produtos de apoio por categoria ISO e ARS	16
Tipos de deficiência por ARS	17
Distribuição do n.º de produtos de apoio por entidades prescritoras nas ARS	18
Produtos de apoio atribuídos e montantes reportados por ARS	19

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., (INR, I.P.) é um instituto público integrado e tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A garantia de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a valorização das pessoas com deficiência, numa perspetiva de promoção dos seus direitos fundamentais, são os princípios que norteiam a atuação deste Instituto.

O INR, I.P., tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A visão de futuro do INR, I.P., é construir uma sociedade que olha para o cidadão na sua diferença, potenciando as suas capacidades e a sua autonomia.

O INR, I.P. propõe-se inovar nas iniciativas e atividades de forma sensível e adequada aos contextos, no sentido da concretização da visão "Uma Pessoa um Cidadão".

Nos anos mais recentes foi progressivamente publicada a regulamentação necessária ao funcionamento da Base de Dados de Registo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (BDR-SAPA), convergindo-se no sentido da implementação do sistema informático centralizado que interliga as entidades financiadoras e prescritoras do SAPA.

Neste capítulo, foi decisiva a publicação da Portaria n.º 78/2015, de 17 de março, que aprovou o modelo da ficha de prescrição de produtos de apoio e estabeleceu a obrigatoriedade de, partir de 18 de março de 2015, todas as prescrições de produtos de apoio serem realizadas através da respetiva plataforma informática.

O ano de 2016 foi, portanto, um ano de consolidação dos novos processos de implementação no terreno face à mudança que esta regulamentação veio operar em todo o universo de entidades envolvidas neste sistema.

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 13.º do Despacho n.º 7225/2015, de 1 de julho, as entidades financiadoras devem elaborar relatório síntese dos produtos de apoio de forma a permitir o estudo estatístico global do sistema. Neste contexto, cabe ao INR a elaboração deste Relatório final, elemento valioso da avaliação global da execução física e financeira relativa ao ano de 2016.

O INR, I.P., durante o ano de 2016 continuou a levar ao conhecimento da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio (CAPA) os casos reportados por parte dos cidadãos e/ou entidades prescritoras relativos ao Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) que têm merecido a maior atenção dos representantes que integram a referida Comissão, que é constituída por pelas entidades financiadoras do Sistema, bem como por organizações não governamentais, tais como a ACAPO, a CNAD e a APD, sob a coordenação do INR, I.P..

Tendo sido assegurada a implementação da primeira fase do SAPA, a perspetiva de dar continuidade a este processo constitui-se como um desenvolvimento importante no sentido da garantia da

operacionalização de uma aplicação que permita acompanhar o “ciclo de vida” do sistema no seu todo (prescrição, atribuição, comparticipação e reutilização de produtos de apoio) beneficiando do conhecimento adquirido na etapa concretizada e promovendo as ações necessárias a uma maior simplificação dos circuitos e do sistema, em parceria com o Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.) e com as entidades a que o sistema informático centralizado se encontra interligado.

O presente relatório está dividido em oito partes distintas, a saber:

- Na primeira parte apresenta-se o enquadramento legal e legislação publicada neste âmbito durante o ano de 2016.
- Na segunda parte é feita uma exposição relativa à evolução da execução física e financeira global nos anos de 2015 e 2016, com a apresentação das verbas disponibilizadas, o número de pessoas apoiadas e o número de produtos de apoio atribuídos alusivos ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I. P.), à Direção Geral de Saúde (DGS), à Direção Geral da Educação (DGE) e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I. P.).
- Na terceira parte são apresentados os valores da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio da DGS no âmbito do SAPA referente ao ano de 2016.
- Na quarta parte apresentam-se os valores executados pelo ISS, I.P. no âmbito do SAPA, no decorrer do ano de 2016.
- Na quinta parte apresenta-se a execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio pelo IEFP, I. P., no ano em referência.
- Na sexta parte identificam-se os valores da execução física e financeira no âmbito da DGE e referentes ao ano em apreço.
- Na sétima parte é feita uma síntese global dos dados enviados pelas respetivas entidades e procede-se à análise dos valores globais da execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA.
- Na oitava parte apresenta-se uma síntese conclusiva dos elementos com maior impacto fornecidos por cada entidade financiadora referente ao ano em apreço.

PARTE I

1 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO SISTEMA DE ATRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO RESPEITANTE AO ANO DE 2016

Decreto-Lei nº 93/2009, de 16 de abril, publicado no Diário da República, 1ª Série, n.º 74, que cria o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, designado SAPA.

Decreto-Lei nº 42/2011, de 23 de março, publicado no Diário da República, 1ª Série, n.º 58, que cria um regime transitório aplicável à fixação de montantes das verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio, à definição dos procedimentos das entidades prescritoras e financiadoras e à identificação da lista de produtos de apoio.

- Portaria nº 192/2014, de 26 de setembro, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 186, que regula a criação e manutenção da BDR-SAPA.
- Despacho do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., n.º 14278/2014, de 12 de novembro, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 229, em 26 de novembro, que faz publicar Lista de produtos de apoio identificando os de prescrição médica obrigatória, bem como os que são prescritos por equipa técnica multidisciplinar e identifica os produtos de apoio reutilizáveis.
- Portaria n.º 78/2015, de 17 de março, aprova o modelo da ficha de prescrição de produtos de apoio, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), constante do anexo à referida Portaria, e da qual faz parte integrante.
- Despacho Conjunto dos Gabinetes da Ministra de Educação e Finanças e do Ministro da Educação e Ciência dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego n.º 6478/2015, de 11 de junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 11, que estabelece os montantes das verbas destinadas ao financiamento de produtos de apoio para o ano 2015.
- Despacho do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., n.º 7225/2015, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 126, de 1 de julho, que publica os procedimentos gerais no âmbito de aplicação e acesso ao Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.
- Despacho do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., n.º 7197/2016 de 1 de junho publicado no Diário da República, 2ª serie n.º 105 onde publica a lista homologada de produtos de apoio para o ano de 2016
- Despacho n.º 10909/2016, de 8 de setembro publicado no Diário da República 2ª série n.º 173, determina o montante de verbas destinadas ao financiamento de produtos de apoio por cada entidade financiadora do SAPA

PARTE II

1 – AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO GLOBAL DOS PRODUTOS DE APOIO DE 2014 E 2016

Nos quadros 1 e 2 poderão observar-se, de forma especializada, os valores obtidos por cada entidade financiadora no período em análise.

Quadro 1 – Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade

Ano de 2014				
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/ DGS	IEFP, I.P.	DGE
Pessoas apoiadas	1.537	14.078	303	511
Produtos de apoio (Nº)	3.296	16.607	568	538
Orçamento programado (€)	4.000.238,26	6.000.000,00	1.100.000,00	200.000,00
Orçamento executado (€)	4.000.238,26	4.399.605,36	1.771.285,81	199.959,11
Taxa de execução (%)	100	73	161	99,9

Quadro 2 – Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade

Ano de 2015				
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/ DGS	IEFP, I.P.	DGE
Pessoas apoiadas	2.028	14.485	217	364
Produtos de apoio (Nº)	4.131	17.780	495	532
Orçamento programado (€)	4.493.575,40	7.000.000,00	1.780.000,00	200.000,00
Orçamento executado (€)	4.493.575,40	5.956.295,18	1.566.271,83	199.664,46
Taxa de execução (%)	100	85,09	88	99,8

NOTA: Relativamente ao montante total de execução financeira no âmbito da saúde, e segundo informação recebida, o valor de 5.948.874,66 € corresponde ao valor de todos os Produtos de Apoio atribuídos em 2015. Existindo no quadro 2 uma verba de execução global de 5.956.296,18€ (valor pago em 2015) esta corresponde ao somatório dos produtos de apoio atribuídos em 2015 e à faturação de anos anteriores. A diferença entre o valor inscrito no quadro e o valor da execução em 2015, corresponde à faturação de produtos de apoio que não sendo atribuídos no ano em apreço, foram efetivamente pagos no ano de 2015.

Quadro 3 – Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade

Ano de 2016				
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/ DGS	IEFP, I.P.	DGE
Pessoas apoiadas	2.289	9.870	223	720
Produtos de apoio (Nº)	4.431	10.997	495	1152
Orçamento programado (€)	4.800.000,00	7.000.000,00	1.780.000,00	400.000,00
Orçamento executado (€)	4.763.185,36	4.183.203,08	1.790.987,73	399.965,09
Taxa de execução (%)	99,23	59,76	100	99,9

Quadro 4 – Evolução da execução financeira entre os anos de 2014 e 2016

ANO	Verba Orçamentada (€)	Verba Executada (DGS, ISS, I.P. DGE e IEFP, I.P.) (€)	Nº de Pessoas Abrangidas	Nº de Produtos de Apoio
2014	11.100.238,26	10.171.129,43	16.429	21.009
2015	13.473.575,40	12.215.807,87	18.104	22.938
2016	13.580.000,00	11.137.341,26	13.102	17.075

Relativamente ao quadro supra, verifica-se algum aumento da verba orçamentada referente ao ano anterior com substancial valor para o dobro do valor destinado ao financiamento de produtos de apoio no âmbito da Educação, face ao ano de 2015

Verifica-se ainda que no ano de 2016 foram apoiadas um menor número de pessoas bem como, atribuídos um menor número de produtos de apoio no âmbito do SAPA, à exceção do Ministério da Educação que decorrendo do aumento da verba orçamentada conseguiu satisfazer as necessidades a um maior número de alunos e alunas e consequentemente a entrega de mais produtos de apoio.

Na globalidade a referida diminuição poderá decorrer de uma menor necessidade global por parte das pessoas com deficiência e/ou incapacidades na atribuição de produtos de apoio, tendo presente o ciclo de vida do SAPA que tem vindo a colmatar grande parte das dificuldades sentidas pelos requerentes a este tipo de financiamento.

PARTE III DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE (DGS)

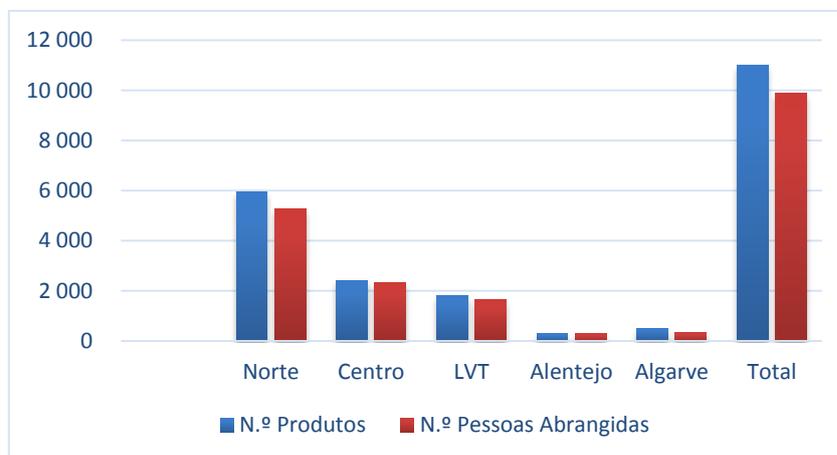
Da análise efetuada foi possível apurar que, em 2016, o financiamento de **10.997** produtos de apoio, entregues em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), teve a distribuição regional apresentada na tabela 1.

Tabela 1. Produtos de apoio entregues por ARS

Rótulos de Linha	Soma de Importância	%	Nº Produtos	%
Alentejo	129 575,29	3,10%	307	2,79%
Algarve	163 184,00	3,90%	502	4,56%
Centro	1 160 916,81	27,75%	2 423	22,03%
LVT	1 156 319,20	27,64%	1 815	16,50%
Norte	1 573 207,78	37,61%	5 950	54,11%
Total Geral	4 183 203,08	100,00%	10 997	100,00%

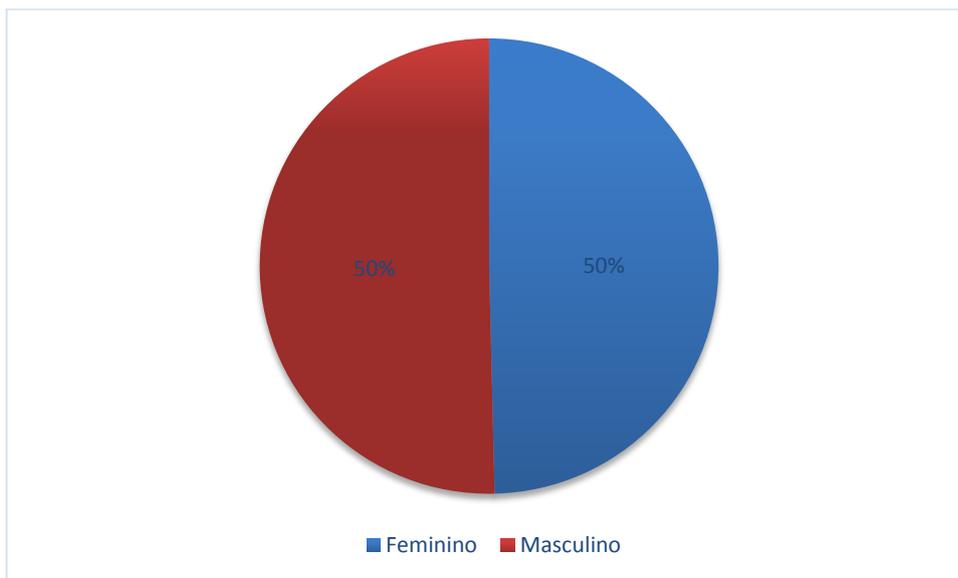
Analisando a distribuição dos beneficiários por ARS, verificamos que a ARS Norte representou 54,11% do total de beneficiários e as regiões Centro 22,03% e Lisboa e Vale do Tejo 16,50% em conjunto, estas três regiões representaram 90% do total de beneficiários (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produtos de apoio entregue por ARS



Relativamente à distribuição por género, e reportando-nos ao total de **10 997** produtos de apoio entregues, **4897** (50%) foram a utentes do sexo feminino, **4973** (50%) a utentes do sexo masculino (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Prescrição de produtos de apoio por sexo



Dos **9 870** beneficiários deste sistema, 12% tinham idade igual ou inferior a 18 anos, 12% com idade entre os 19 e os 41 anos, 41% com idade entre os 42 e os 64 anos e 35% com idade superior a 65 ou mais anos. (Tabela 2).

Tabela 2 - Produtos de apoio entregues por faixa etária

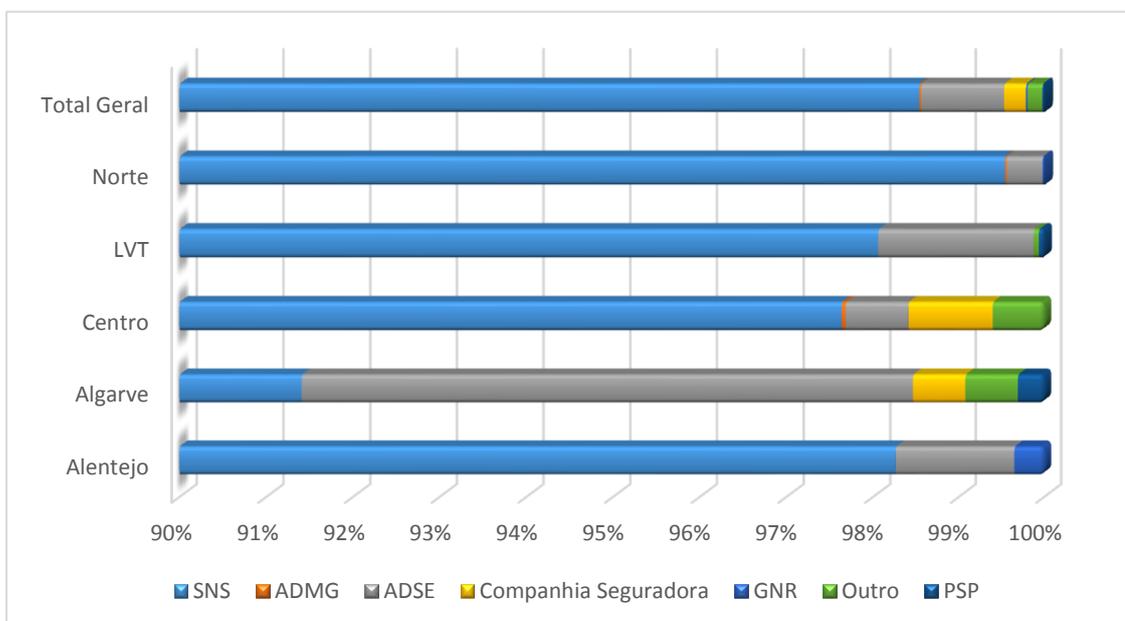
ARS	Nº Beneficiários	%
-18	1 173	12%
19-41	1 196	12%
42-64	4 033	41%
65	3 468	35%
Total	9 870	100%

Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, sejam elas o Serviço Nacional de Saúde (SNS), ADSE, Companhia Seguradora, PSP, GNR, e as restantes tipificadas, verifica-se que o SNS é responsável, por 98% do total de produtos de apoio entregues em 2016 (Tabela 3; Gráfico 3).

Tabela 3 – Entidades associadas à prescrição por ARS

ARS	ADMG	ADSE	Companhia Seguradora	GNR	Outro	PSP	SNS	Total Geral
Alentejo	-	4	-	1	-	-	283	288
Algarve	-	23	2	-	2	1	298	326
Centro	1	17	23	-	14	-	2277	2332
LVT	-	30	-	-	1	1	1618	1650
Norte	1	22	-	1	-	-	5250	5274
Total Geral	2	96	25	2	17	2	9726	9870

Gráfico 3 – Entidades associadas à prescrição por ARS



Relativamente à categorização dos produtos de apoio disponibilizados em 2016, de acordo com a tipificação prevista no Catálogo Nacional de Produtos de Apoio, verifica-se que as próteses e ortótese (categoria 06) correspondem a cerca de 40% do total de produtos entregues no ano de 2016, precedido dos produtos para cuidados pessoais e de proteção (categoria 09) com 21% e dos produtos para comunicação e informação (categoria 22) com 19%. A distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme (Tabela 4).

Tabela 4 – Produtos de apoio entregues por categoria e ARS

Grupo de produto de apoio	Alentejo	Algarve	Centro	LVT	Norte	Total Geral
04 - AJUDAS PARA TRATAMENTO CLÍNICO INDIVIDUAL	24	70	346	51	583	1074
05 -AJUDAS PARA TREINO DE CAPACIDADES	1	0	1	0	0	1
06 - ORTÓTESES E PRÓTESES	120	277	1164	1056	1762	4379
09 - AJUDAS PARA CUIDADOS PESSOAIS E DE PROTECÇÃO	5	41	267	137	1896	2346
12- AJUDAS PARA A MOBILIDADE PESSOAL	26	71	397	116	164	774
15 -AJUDAS PARA CUIDADOS DOMÉSTICOS	1	10	18	3	216	248
18- MOBILIÁRIO E ADAPTAÇÕES PARA HABITAÇÃO E OUTROS LO	2	30	30	9	4	75
22– PRODUTOS PARA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	128	2	199	443	1324	2096
24- AJUDAS PARA MANEJAMENTO DE PRODUTOS E MERCADORIAS	0	1	1	0	1	3
Total Geral	307	502	2423	1815	5950	10997

Importa referir o peso da categoria 06 - Ortóteses e Próteses que, no global, representa 40% do total de produtos entregues, sendo de salientar que a ARS do Norte representa 40% das prescrições nesta categoria, precedida pela ARS Centro e LVT, que representam 50%.

Realizando uma análise sobre os produtos entregues, verifica-se que as categorias 06 - ortóteses e próteses, 09 - ajudas para cuidados pessoais e de proteção, 22 - ajudas para comunicação e informação, representaram em termos de valor, 80% do total de prescrições realizadas durante o ano de 2016.

1 - PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA

No que se refere à distribuição por tipologia de deficiência (Gráfico 4), e reportando novamente a um total de **10 997** produtos de apoio entregues pelos Hospitais do SNS, verifica-se que a maior parte dos produtos de apoio foram atribuídos a pessoas com deficiência orgânica (34%), deficiência motora (33%), com outra deficiência (13%), e com deficiência visual 11% (Tabela 5).

Gráfico 4 - Distribuição dos produtos de apoio por tipologia de deficiência

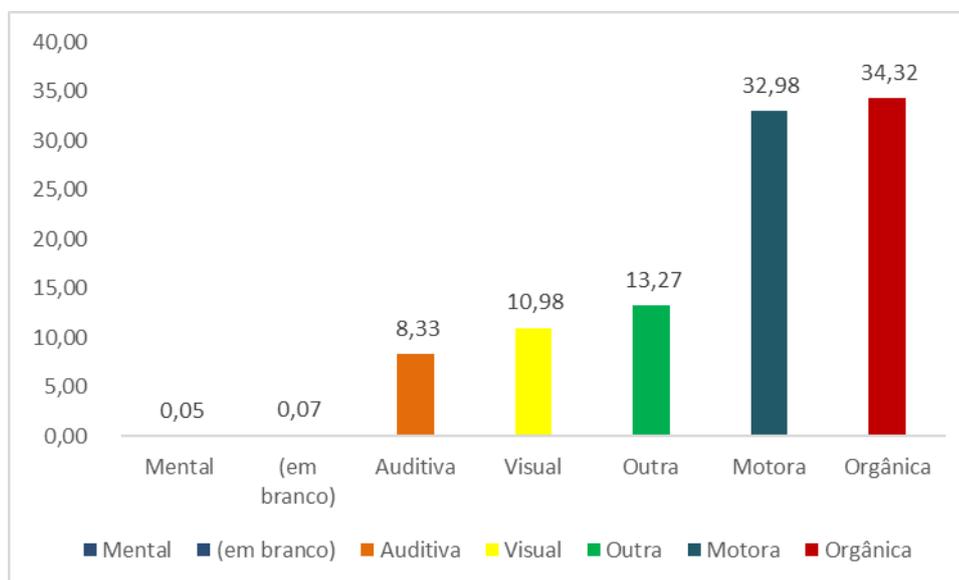


Tabela 5 – Tipos de deficiências por ARS

ARS	Auditiva	Mental	Motora	Orgânica	Outra	Visual	(em branco)	Total Geral
Alentejo	12	-	125	21	29	119	1	307
Algarve	1	1	329	166	3	2	-	502
Centro	190	1	1515	401	304	10	2	2423
LVT	268	1	757	160	451	177	1	1815
Norte	445	2	901	3026	672	900	4	5950
Total Geral	916	5	3627	3774	1459	1208	8	10997

2 - DISTRIBUIÇÃO POR ENTIDADES PRESCRITORAS

Em 2016, foram entregues nos hospitais um total de 10.997 produtos de apoio, que abrangeram 9.870 doentes em situação de consulta externa. A tabela 6 que se segue, reporta a distribuição do número prescrito por entidade prescritora, em cada uma das quatro ARS existentes:

Tabela 6 – Distribuição do número de produtos de apoio por entidades prescritoras nas ARS

Hospitais por ARS	Contagem de N_AT_PA
Alentejo	307
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	131
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	109
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	4
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	63
Algarve	502
Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul	169
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	333
Centro	2423
Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	497
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	63
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE - Hospital Infante D. Pedro	132
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	390
Centro Hospitalar Leiria Pombal, EPE	388
Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE	561
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	2
Hospital Distrital de Cantanhede - Hospital Arcebispo João Crisóstomo	2
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	331
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	47
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	10
LVT	1815
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	63
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	135
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	207
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	45
Centro Hospitalar do Oeste	29
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	559
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	348
Hospital Beatriz Ângelo	14
Hospital de Cascais	25
Hospital de Vila Franca de Xira	49
Hospital Distrital de Santarém, EPE	116
Hospital Garcia de Orta, EPE	205
Hospital Prof. Doutor Fernando da Fonseca, EPE	11
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	9
Norte	5950

Centro Hospitalar de São João, EPE	1849
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	138
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia Espinho, EPE	245
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	32
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1016
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, EPE	65
Centro Hospitalar Médio Ave, EPE	1
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim Vila do Conde, EPE	15
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	168
Hospital de Braga	653
Hospital Santa Maria Maior, EPE	29
Hospital Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	33
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	1554
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	58
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	54
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	40

Total Geral	10997
--------------------	--------------

3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira, o montante global de produtos entregues foi de 10 997 relativamente ao total atribuído de 4 183 203,08 €, o que representa uma taxa de execução financeira de 100%. Sobre este aspeto é de salientar que a região Norte, foi a que registou valores mais elevados. Foi também a região que mais produtos de apoio prescreveu (54%) a um maior número de pessoas. As regiões do Centro e Lisboa e Vale do Tejo representaram, em 2016, 38,53% do total de produtos entregues e cerca de 55,39% dos valores reportados pelas Instituições (Tabela 7).

Tabela 7 – Produtos de Apoio atribuídos e montantes reportados por ARS

ARS	Montante Concedido	%	Nº Produtos	%
Alentejo	129 575,29	3,10%	307	2,79%
Algarve	163 184,00	3,90%	502	4,56%
Centro	1 160 916,81	27,75%	2 423	22,03%
LVT	1 156 319,20	27,64%	1 815	16,50%
Norte	1 573 207,78	37,61%	5 950	54,11%
Total Geral	4 183 203,08	100,00%	10 997	100,00%

4 – EM SÍNTESE

Em síntese, dos **10 997** produtos de apoio, disponibilizados pelos hospitais do SNS, **5 950** destinaram-se à região do Norte, **2 423** à região Centro, **1 815** à região Lisboa e Vale do Tejo, **502** à região do Algarve e **307** à região do Alentejo.

A falta de interoperabilidade entre o sistema SAPA e o formulário da DGS para controlo da atribuição do compromisso financeiro prevista, à data, por lei, originou atrasos significativos que terão motivado a não atribuição em tempo oportuno e necessário dos produtos entregues aos utentes.

Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, verifica-se que o SNS representa 98% do total de produtos de apoio disponibilizados em 2016.

Relativamente à categorização dos produtos de apoio disponibilizados em 2016, de acordo com a tipificação prevista na lista de produtos de apoio (despacho nº 14278/2014 de 26 de novembro), verifica-se que 3 categorias corresponderam a cerca de 87,97% do total de produtos entregues no ano de 2016, a saber: 06 - ORTÓTESES E PRÓTESES, 09 - AJUDAS PARA CUIDADOS PESSOAIS E DE PROTECÇÃO, 21 - AJUDAS PARA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO. A distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme.

Quanto aos elementos disponibilizados pela DGS, das **9.870** pessoas, foi entregue no total **10. 997** produtos de apoio, dos quais 50% foram a utentes do sexo feminino e 50% utentes do sexo masculino.

A tipologia de deficiência mais evidenciada foi a deficiência orgânica (34%) logo seguida da deficiência motora (33%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram. Relativamente à execução financeira, o montante global reportado foi de 7.000.000€, relativamente ao total concedido de 4 183 203,08 € (cerca de 59,76%).

PARTE IV
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (ISS, I.P.)

No que respeita ao número de produtos de apoio prescritos por cidadão com deficiência e/ou incapacidade, atente-se no Quadro 1, onde se sinaliza o número de beneficiários com múltiplos produtos de apoio financiados, situações identificadas em identificadas em 2016.

A 23 beneficiários do Sistema, num total de 2.289, o ISS, I.P. financiou 7 produtos de apoio, registando-se situações de 13 e 14 produtos atribuídos a apenas uma pessoa. Naturalmente, este padrão de prescrição estará associado a quadros de compromisso funcional/estrutural severo ou muito severo, no entanto, enquanto serviço financiador o ISS, I.P. não pode deixar de refletir na importância da disciplina da prescrição e financiamento de produtos de apoio estritamente necessários à melhoria da funcionalidade e participação da pessoa com deficiência e/o incapacidade, tendo em conta os princípios da razoabilidade e da boa gestão dos dinheiros públicos, não descurando que em algumas situações se podem criar assimetrias, entre aqueles que tem acesso a mais do que o razoável e outros que, por constrangimento orçamental, têm que continuar a aguardar o financiamento de produtos de apoio indispensáveis à sua qualidade de vida e garante do direito de participação social.

Quadro 1 - Número de beneficiários com múltiplos Produtos de Apoio financiados (N.º)

Nº Beneficiários	Produtos de Apoio recebidos por cada Beneficiário	Total de Produtos de Apoio atribuídos
1	14	14
1	13	13
5	12	60
8	11	88
9	10	90
13	9	117
22	8	176
23	7	161
40	6	240
56	5	280
120	4	480
198	3	594
362	2	724
1394	1	1394
2252		4431

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

1. UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO ISS, I.P.

A Segurança Social veio assumindo desde o início deste Sistema um papel destacado, quer enquanto regulador, inicialmente com a Direção Geral da Segurança Social e, posteriormente, com o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., quer do ponto de vista operacional, ao garantir a atribuição de ajudas técnicas/produtos de apoio prescritas pelos Centros de Saúde e pelos Centros Especializados, através dos seus Centros Distritais e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para os residentes no Concelho de Lisboa.

Em 1 de março de 2013, por deliberação do Conselho Diretivo do ISS, I.P., foi aprovado o primeiro instrumento interno sistematizador de práticas de financiamento de produtos de apoio, o “Manual de Procedimentos para o Financiamento de Produtos de Apoio”.

Este Manual foi revisto e enriquecido por questões colocadas e contributos remetidos pelas/os técnicas/os dos territórios, sendo a sua revisão aprovada a 26 de março de 2014, por deliberação do Conselho Diretivo do ISS, I.P.

O Manual revisto foi divulgado a todos os Centros Distritais pelo Boletim informativo do então DDSP nº 11, de 31 março 2014, entrando imediatamente em vigor, sendo simultaneamente divulgado no portal da Segurança Social.

O Manual de Procedimentos, legitimado pelo n.º 21 do Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril, veio clarificar a missão e os conceitos enquadradores do Sistema em vigor no ISS, I.P., definir as normas pelas quais se deve nortear o processo de atribuição/financiamento dos produtos de apoio, nomeadamente, requisitos e condições de acesso, especificar as regras de instrução e apreciação das candidaturas e enunciar as matérias relativas ao acompanhamento e monitorização deste Sistema.

Decorridos quase três anos após a sua publicação, urge proceder a uma nova revisão do referido documento técnico de trabalho, introduzindo as alterações decorrentes quer da legislação, bem como da compilação dos esclarecimentos entretanto prestados no âmbito da relação entre o DDS/UIS e Centros Distritais/UDSP.

Encontra-se disponível desde 24 de fevereiro de 2016, o Guia Prático do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, no portal www.seg-social, elaborado com base no Manual de Procedimentos para o Financiamento de Produto de Apoio – Primeira Revisão, que à semelhança de outros Guias do ISS, I.P., contém uma linguagem mais simples e acessível, pretendendo-se que se constitua como o documento de referência para o cidadão.

Neste contexto, foi retirado da internet o Manual de Procedimentos para o Financiamento de Produtos de Apoio - Primeira Revisão, mantendo-se acessível na intranet, exclusivamente para os técnicos do ISS, I.P. que operam na área do SAPA, consistindo num instrumento de trabalho orientador, por excelência,

contendo normas e procedimentos internos específicos de acordo com as dinâmicas inerentes ao funcionamento deste Instituto.

2. REDE DE CENTROS PRESCRITORES ESPECIALIZADOS DO ISS, I.P.

Dando cumprimento ao art.º 7 do Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, e ao n.º 12 do Despacho n.º 5128/2013, de 16 abril, o ISS, I.P. em 2013 constitui a sua rede de Centros Prescritores.

A Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio aprovada para o ano 2013 pela Deliberação n.º 82/13, de 07/05/2013, possuía 35 Centros Prescritores. Em 2014, esta rede foi atualizada através da Deliberação n.º 176/14, de 02/10/2014, (disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/216206/Deliberacao_176_2014) a Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio foi alargada a mais dois Centros Prescritores, passando assim a integrar 37 Centros, a saber:

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (delegações de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu)

APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças - Centro Especializado Dr. Sebastião Matos

APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga

APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APCC – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora

APPC – Associação de Paralisia Cerebral de Faro

APCE – Associação do Porto de Paralisia Cerebral

APVCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo

APCG – Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães

APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

APCVR – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

APCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viseu

ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Casa Pia de Lisboa – Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira

Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II

CERCICOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar.

CPCB – Centro de Paralisia Cerebral de Beja

CRPCP – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

Fundação Liga

Instituto S. João de Deus – Hospital S. João de Deus

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Hospital da Prelada Dr. Domingos Braga da Cruz

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde – Clínica de Medicina Física e Reabilitação da Vila do Conde

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Centro de Reabilitação do Norte (CRN)

Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID)

Pese embora o empenho na sua construção, a Rede de Centros Prescritores do ISS, I.P. caracteriza-se por uma fraca cobertura, não havendo em alguns distritos um único Centro Prescritor sediado, como são os casos de Aveiro, Bragança, Guarda, Santarém, Portalegre e Setúbal. Sendo que, em alguns dos distritos que só possuem um Centro Prescritor, este não possui capacidade de resposta para todas as situações de deficiência/incapacidade que careçam de aconselhamento, avaliação e prescrição de produtos de apoio.

A Rede continua a apresentar, igualmente, fragilidades no que respeita às deficiências sensoriais. Presumivelmente, estas fragilidades estão relacionadas com as especificidades das intervenções que exigem equipas, matérias e equipamentos especializados, sendo que, em algumas situações, poderão estar relacionadas com respostas que se encontrem na esfera de competência do Ministério da Saúde.

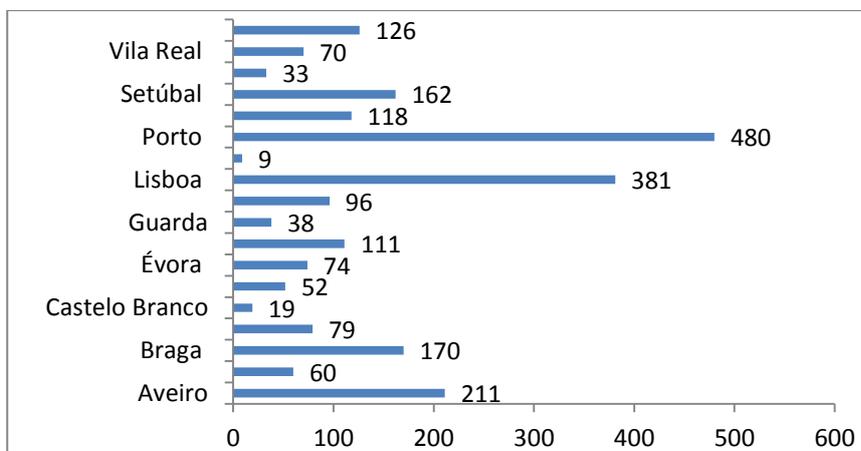
Por outro lado, os centros especializados e prescritores de produtos de apoio, não dão cobertura a todas as tipologias de deficiência, sendo que em algumas situações, não possuem equipa especializada, nem recursos humanos e/ou materiais para o fazer, notando-se também que não lhes pode ser imputada essa responsabilidade.

3- EXECUÇÃO 2016

3.1- CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

No ano de 2016 foram apoiadas pelos Centros Distritais no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio um total de 2.289 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com a seguinte afetação por distrito:

Gráfico n.º 4 – Distribuição do número de beneficiários por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)



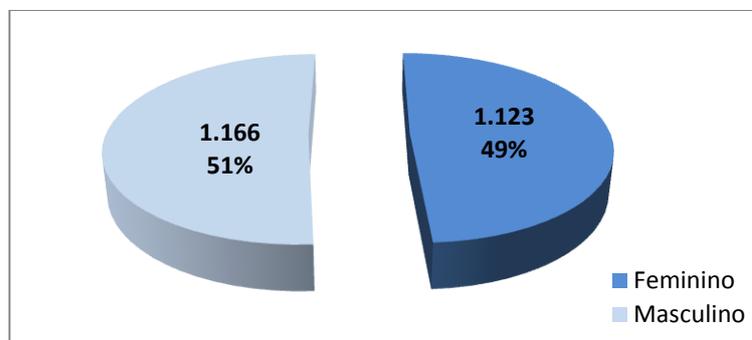
N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

Os Centros Distritais do Porto e de Lisboa foram claramente aqueles que apoiaram mais beneficiários para aquisição de produtos de apoio. Note-se que o Centro Distrital do Porto apoiou um universo de cerca de 480 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, sendo que o Centro Distrital de Lisboa (onde se inclui a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) concedeu apoio financeiro a 381 pessoas. Dos 18 Distritos, salienta-se ainda o Centro Distrital de Aveiro com cerca de 211 pessoas apoiadas.

O Centro Distrital com menos representatividade no número de beneficiários apoiados foi Portalegre, situação análoga ao ano anterior, verificando-se novamente a sinalização de 9 cidadãos.

Gráfico n.º 5 – Distribuição do número de beneficiários por género (N.º e %)

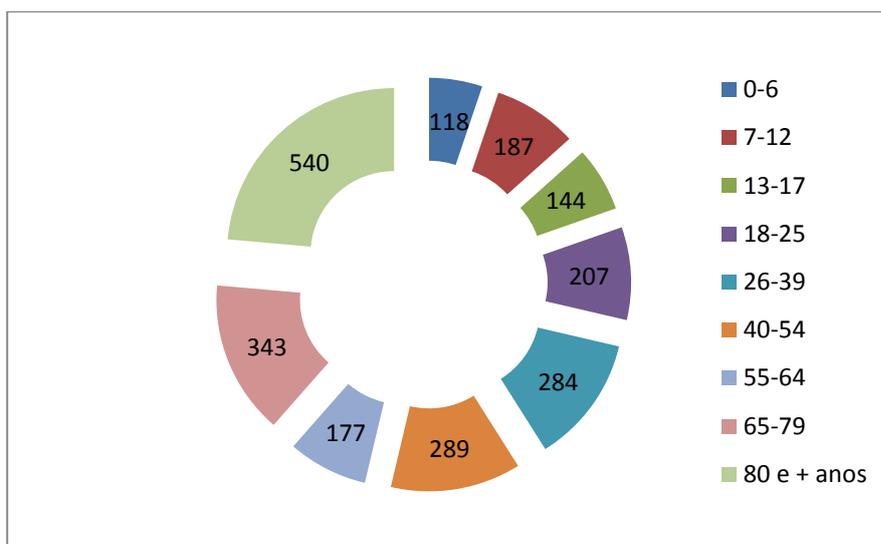


N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

No que se refere à distribuição dos beneficiários apoiados, por género, verifica-se uma distribuição equiparada, com uma ligeira preponderância nacional do género masculino.

Gráfico n.º 6 – Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário (Nº)



N = 2.289

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

Da análise do gráfico anterior, onde se sistematiza a informação relativa aos destinatários dos produtos de apoio por escalão etário, com base nas etapas de vida, podemos verificar que o escalão com 80 e mais anos se constitui como o grupo com mais beneficiários, 540, seguido do escalão imediatamente anterior (65-79), com 343 beneficiários e logo a seguir o grupo mais apoiado é o dos adultos (40-54), com 289 beneficiários.

Quadro 2 - Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário por Centro Distrital do ISS, I.P (N.º)

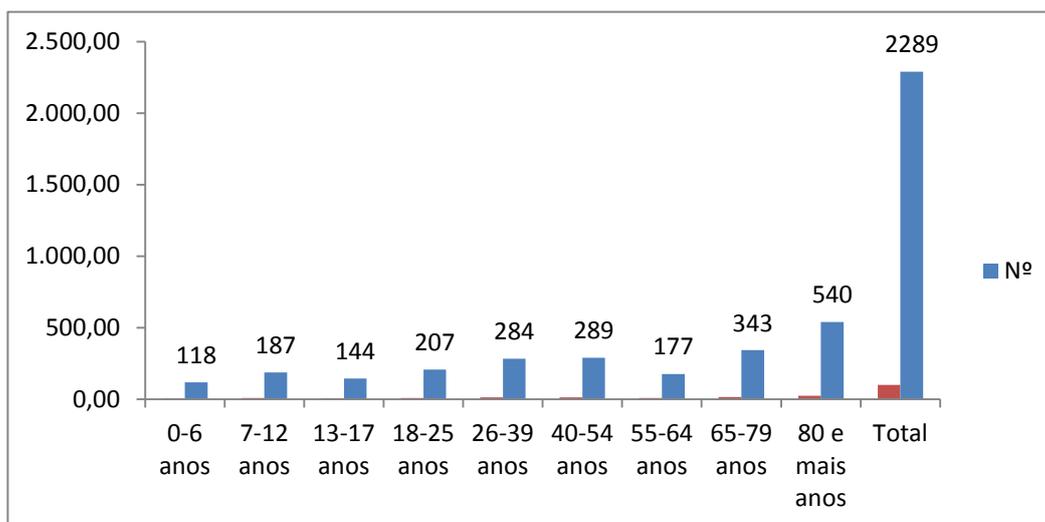
Distritos	0-6	7-12	13-17	18-25	26-39	40-54	55-64	65-79	80 e mais anos	Total
Aveiro	8	13	11	8	27	25	13	41	65	211
Beja		2	3	5	6	20	2	6	16	60
Braga	6	10	18	20	10	14	8	31	53	170
Bragança			2	3	1	2	7	9	55	79
Castelo Branco	1	4	1	5	4	4				19
Coimbra	8	8	3	2	13	10	3	5		52
Évora	1	4		3	13	11	5	11	26	74
Faro	5	6	7	16	13	17	14	14	19	111
Guarda	1	2	3	2	5	3	4	7	11	38
Leiria	2	3	3	7	6	9	4	21	41	96
Lisboa	37	44	31	38	57	50	19	44	61	381
Portalegre			1	1			2	1	4	9
Porto	31	45	26	60	60	59	55	68	76	480
Santarém	4	3	8	9	15	18	9	21	31	118
Setúbal	6	17	10	16	23	29	17	25	19	162
Viana Castelo	1	7	2	6	6	4	1	2	4	33
Vila Real	2	4	3	1	9	5	4	13	29	70
Viseu	5	15	12	5	16	9	10	24	30	126
Total Geral	118	187	144	207	284	289	177	343	540	2289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

Os Centros Distritais do Porto e Lisboa foram aqueles que apoiaram mais beneficiários em todos os escalões etários considerados.

Em contrapartida, Coimbra e Castelo Branco não apoiaram qualquer cidadão no escalão etário 80 e mais anos. Inversamente, Porto, Aveiro, Bragança e Braga foram os distritos em que o escalão com 80 e mais anos foi o mais apoiado.

Gráfico n.º 7 – Distribuição do n.º de beneficiários por grupo etário (N.º)



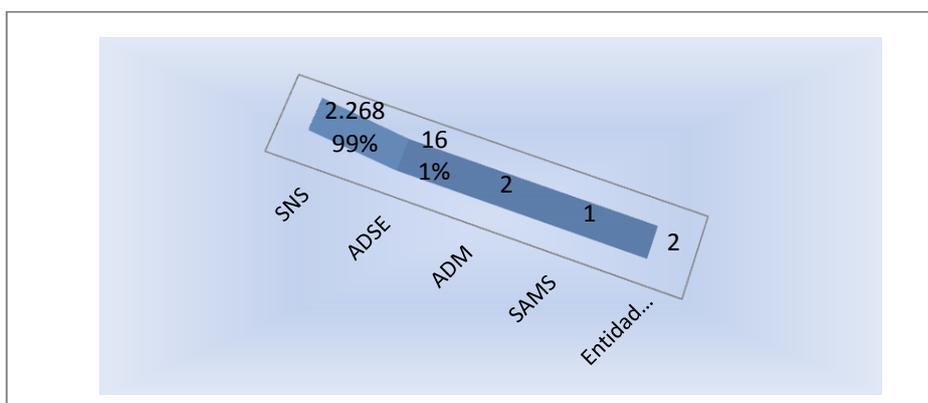
N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

Numa leitura mais fina da distribuição etária por grupos, constatou-se que os grupos etários mais apoiados foram o dos 80 e mais anos, com 540 pessoas apoiadas, e os grupos dos 40-54 anos e 26-39 anos com número de pessoas apoiadas quase em *ex-áqueo*, com 289 e 284 pessoas apoiadas, respetivamente.

Como pode verificar-se no gráfico seguinte, a larga maioria das pessoas com deficiência e/ou incapacidade apoiadas na aquisição de produtos de apoio pelo ISS, I.P. são utentes do SNS. Os beneficiários de subsistemas de saúde apresentam valores residuais.

Gráfico n.º 8 – Distribuição do n.º de beneficiários por sistema e subsistema de saúde (N. e %)



N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

A propósito desta matéria, o Despacho n.º 7225/2015, de 1 de julho, publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º 126, refere no n.º 1 do art.º 6.º que a comparticipação dos produtos de apoio é de 100% do seu custo. No ponto 3 do mesmo artigo, refere que quando o produto de apoio conste nas tabelas de reembolsos de subsistema da saúde ou ainda quando é comparticipado por empresa de seguros, a comparticipação devida pelo SAPA corresponde ao montante da diferença entre o custo do produto de apoio e o valor suportado pelas entidades referidas. Refira-se que, em 2016, o valor comparticipado por subsistemas de saúde ascendeu a 58.352,80€, representado cerca de 1,21% do valor do orçamentado anual para esta rubrica.

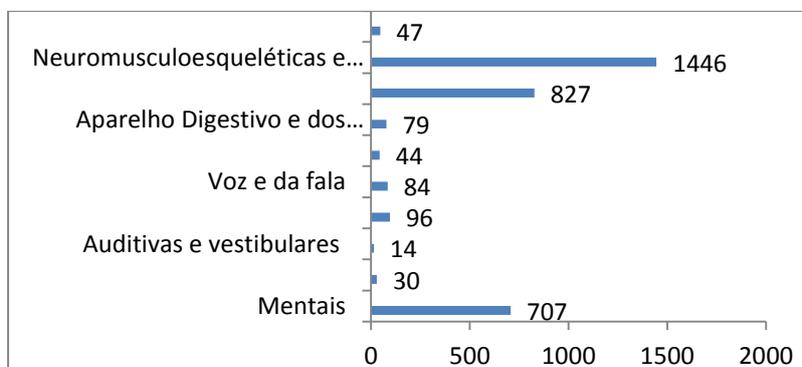
3.1.1. TIPO DE DEFICIÊNCIA / TIPO DE ALTERAÇÃO DA FUNÇÃO / ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA

No que concerne à caracterização dos beneficiários por tipologia de deficiência, importa mencionar que, para se efetuar esse apuramento foi utilizada, durante o ano de 2016, a matriz do mapa síntese, que constitui o Anexo II do Despacho n.º 5212/2014 de 11 de abril. Acresce ainda referenciar que veio a Portaria n.º 78/2015 de 17 de março publicada em Diário da República, 1ª Serie, n.º 53, aprovar o modelo da ficha de prescrição de produtos de apoio no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), sendo que, este modelo contempla uma avaliação/caracterização do beneficiário pela CIF nos seus vários domínios.

Desta forma, considera-se que a matriz do mapa síntese se encontra desatualizada, constituindo-se como um documento redutor, podendo em algumas situações não representar com rigor, a caracterização do beneficiário pela CIF de acordo com o preenchimento do documento atualmente em vigor.

Assim, e de maneira a apresentar os dados da forma mais rigorosa possível no momento atual, face aos constrangimentos atrás evidenciados, o ISS, I.P. optou, também em 2016, por incluir, não apenas duas, mas oito colunas para os campos de “alterações da função” e “alterações da estrutura”, no ficheiro Excel construído com base no Modelo legalmente aprovado, para recolha de informação pelos Centros Distritais.

Gráfico n.º 9 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da função (N.º)



N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

A classificação CIF tem por objetivo descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e as restrições que enfrenta num determinado contexto.

Pela linguagem e conceitos que introduz não classifica as pessoas, tal como ocorria no modelo anteriormente adotado, mas caracteriza a funcionalidade e a incapacidade, associadas a alterações das funções e/ou estruturas, o que resulta da interação entre a pessoa com deficiência e as condições do meio.

As funções do corpo são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções mentais). Na CIF organizam-se em 8 domínios, mas nos mapas aprovados são identificados 10 domínios: funções mentais; funções da visão e funções relacionadas; funções auditivas e vestibulares; outras sensoriais e da dor; funções da voz e da fala; funções do aparelho cardiovascular, respiratório e sistema hematológico e imunológico; funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino; funções geniturinárias e reprodutivas; funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento e funções da pele e estruturas relacionadas.

De acordo com as possibilidades existentes para o preenchimento da matriz do mapa sínteses, foi identificado que, em algumas situações, para a caracterização dos beneficiários houve recurso ao preenchimento de mais do que um campo reservado às “Funções e Estruturas do Corpo”.

Desse modo, dos 2.289 cidadãos apoiados em 2016, foram verificadas 3374 alterações da Função, sendo que 1446 pessoas apresentam alterações das “funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento”, 827 pessoas revelam compromissos nas “funções geniturinárias e reprodutivas” e 707 pessoas registam compromissos ao nível das “funções mentais”.

Gráfico n.º 10 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da estrutura (N.º)



N = 2.289

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

As estruturas do corpo são as partes anatómicas, tais como órgãos, membros e seus componentes. Na CIF que se organiza, à semelhança das funções do corpo, em 8 domínios, nos mapas aprovados são apresentados 10 domínios: estruturas do sistema nervoso; estrutura da cavidade ocular, do globo ocular ou anexas ao olho; estruturas do ouvido externo, médio e interno; outras estruturas do olho e do ouvido; estruturas relacionadas com a voz e a fala; estruturas do aparelho cardiovascular, do sistema imunológico e do aparelho respiratório; estruturas relacionadas com o aparelho digestivo e com os sistemas metabólico e endócrino; estruturas relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo; estruturas relacionadas com o movimento e pele e estruturas relacionadas.

Do total dos 2.289 cidadãos apoiados em 2016, foram verificadas 3073 alterações da Estrutura, sendo que, as que apresentam maior expressão são as alterações da “Estruturas do sistema Nervoso” em 1279 pessoas, compromissos a nível das “Estruturas relacionadas com o movimento” 808 pessoas e alterações nas “Estruturas relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo” em 758 pessoas.

Acresce referir que não foi possível apurar dados relativos à caracterização da população nos domínios das “limitações da atividade e Restrições na Participação” e a nível dos “Fatores ambientais” pelo facto da matriz do mapa síntese assim não o permitir.

3.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO

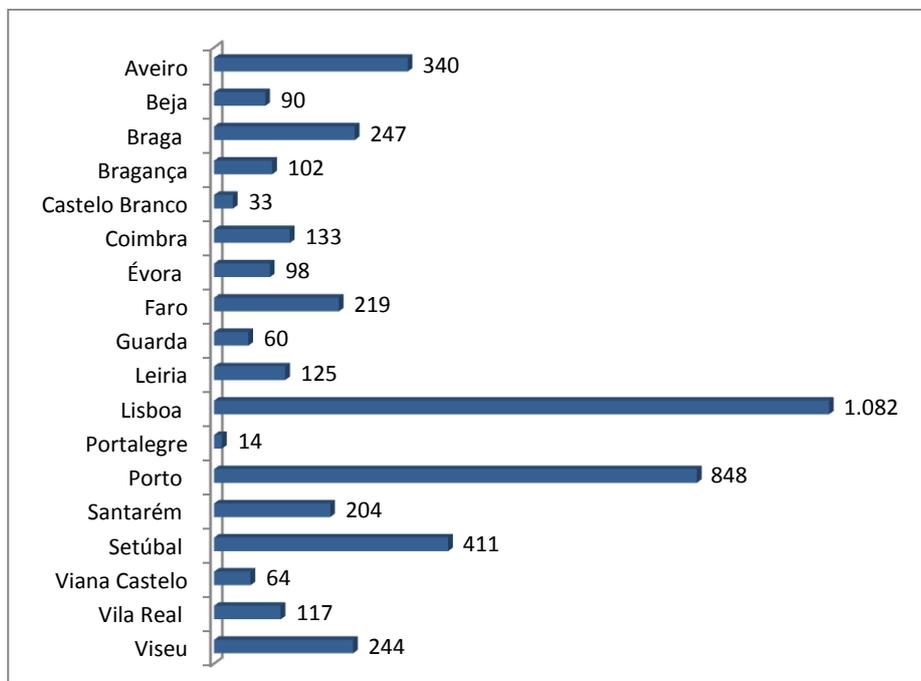
Os produtos de apoio financiados em 2016 integraram até 29 de maio o Anexo I do Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro, publicado em Diário da República 2ª série, nº 229. Desde 1 de junho 2016 vigorou a lista homologada de produtos de apoio, constante no Anexo I ao Despacho n.º 7197/2016 de 1 de junho.

Os produtos de apoio abrangidos pelo financiamento público no âmbito do SAPA, constam da lista homologada publicada anualmente, conforme acima indicado. O ISS, I.P. constitui-se neste Sistema, como uma das entidades financiadoras, sendo que o seu nível de competência neste domínio está relacionado com o financiamento das prescrições de produtos de apoio emitidas pelas Unidades de Cuidados Primários (Centros de Saúde) e pelos Centros Prescritores Especializados que integram a Deliberação n.º 176/14, de 2 de outubro de 2014, do Conselho Diretivo do ISS, IP.

No âmbito dos Centros de Saúde as prescrições são apenas efetuadas por médico, e nos Centros Especializados são emitidas por equipa multidisciplinar. Importa ainda considerar que se constitui como instrumento de trabalho para a elaboração da lista homologada, a Norma ISO 9999, estando neste momento em vigor em Portugal a versão de 2007.

Do apuramento realizado pelos Centros Distritais e SCML identifica-se que, em 2016, foram atribuídos 4431 produtos de apoio.

Gráfico n.º 11 – Distribuição do número de produtos de apoio financiados por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)



N= 4.431

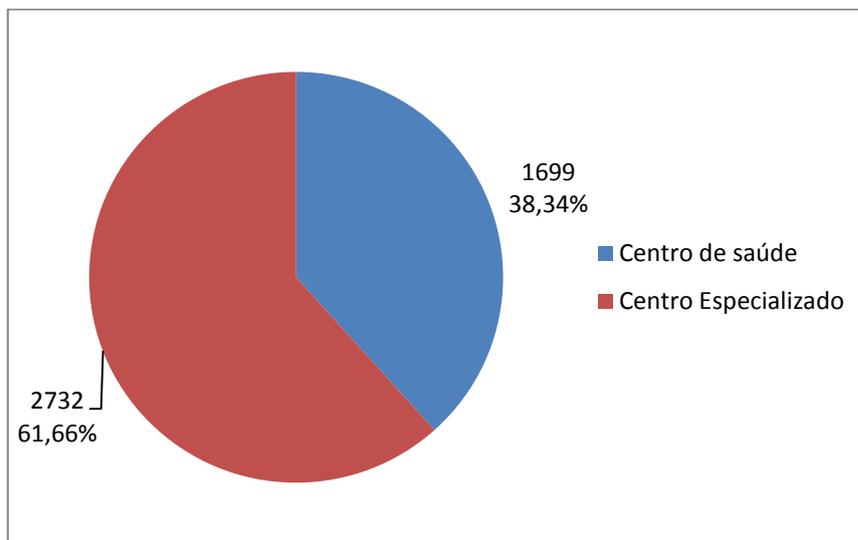
Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

Os Centros Distritais de Lisboa e do Porto destacaram-se, como expectável, pelo número de produtos atribuídos, 1.082 por Lisboa, (incluindo os atribuídos pela SCML) e 848 pelo Porto. Considera-se ainda o Centro Distrital de Setúbal com 411 produtos de apoio financiados, seguido pelos Centros Distritais de Aveiro e Braga com 340 e 247 produtos de apoio financiados respetivamente. Acresce também referir que as execuções mais baixas, registaram-se nos Centros Distritais de Portalegre e Castelo Branco com 14 e 33 produtos de apoio financiados respetivamente.

Dos produtos de apoio financiados pelo ISS, IP, cerca de 62% resultaram de prescrições provenientes de Centros Prescritores e 38% de Centros de Saúde. Estes dados demonstram uma inversão na tendência verificada até 2013 quando a prescrição era maioritariamente proveniente dos Centros de Saúde, o que decorre indubitavelmente das alterações introduzidas pela lista homologada anexa ao Despacho n.º 16313/2012 de 21 de dezembro, que diminuiu, consideravelmente, o número de produtos de apoio que podiam ser prescritos pelos médicos daquelas Unidades de Saúde.

Gráfico n.º 12 – Distribuição do número de produtos de apoio por entidade prescritora

(N.º e %)



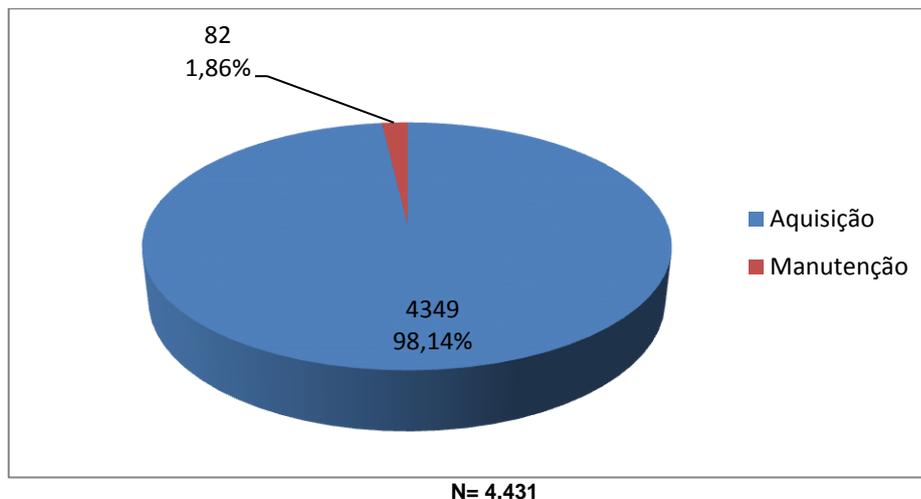
N= 4.431

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS.

Como pode verificar-se no gráfico abaixo, no âmbito dos processos de solicitação de produtos apresentados em 2016, a quase totalidade foi relativa a pedidos para aquisição de novos produtos de apoio, cerca de 98,5%, sendo a solicitação de produtos com o objetivo de manutenção/reparação de equipamentos pré-existentis absolutamente residual, apenas 1,5%, o que corresponde a 82 produtos de apoio num universo de 4.431.

De relevar que se enquadram no âmbito da manutenção dos produtos de apoio os custos decorrentes com a manutenção e reparação, bem como o financiamento de pilhas e baterias necessárias ao funcionamento de alguns produtos, desde que prescritos nos mesmos moldes *qua* para a aquisição.

Gráfico n.º 13 – Distribuição do número de produtos de apoio por finalidade (N.º e %)



Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

A Norma ISO 9999:2007 é constituída por três níveis hierárquicos sendo que os códigos de cada um consistem em três pares de dígitos. Organiza-se por Classes, Subclasses e Divisões, identificadas através de um código numérico, correspondendo os dois primeiros dígitos à Classe, os dois subsequentes à Subclasse e os dois últimos à Divisão.

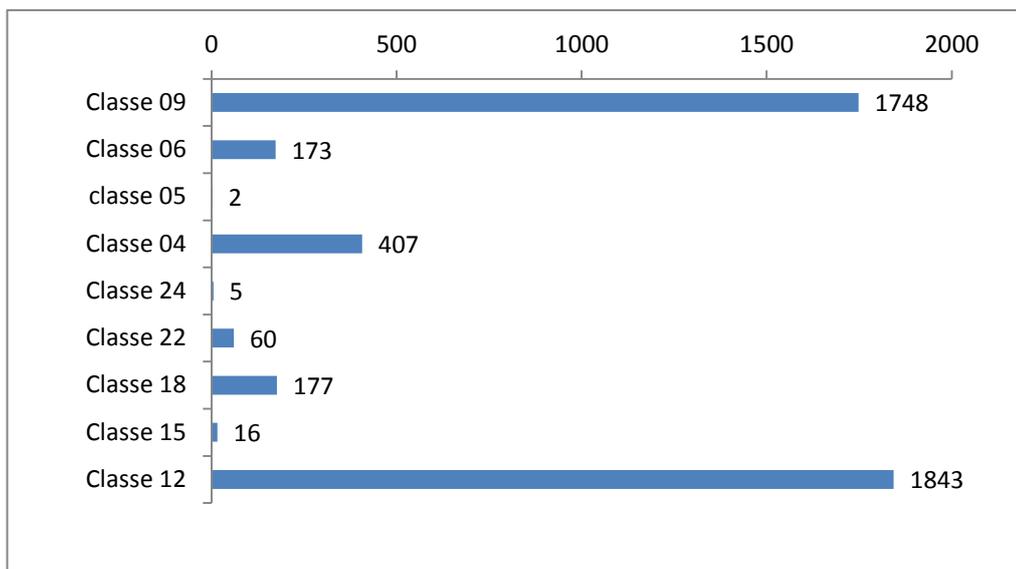
As Classes são 11 e estão distribuídas da seguinte forma:

- Classe 04: Produtos de apoio para tratamento clínico individual;
- Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências;
- Classe 06: Ortóteses e próteses;
- Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção;
- Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal;
- Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas;
- Classe 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios;
- Classe 22: Produtos de apoio para comunicação e informação;
- Classe 24: Produtos de apoio para manuseamento de objetos e dispositivos;
- Classe 27: Produtos de apoio para melhoria do ambiente, máquinas e ferramentas;
- Classe 30: Produtos de apoio para atividades recreativas.

Na lista homologada, anexa ao Despacho n.º 7197/2016, de 17 de maio 2016 não existe nenhum código ISO que se integre na Classe 27.

Nos quadros que se seguem será possível verificar a execução física dos produtos de apoio financiados em 2016, por Classe ISO e por Centro Distrital.

Gráfico n.º 14 – Distribuição dos produtos de apoio por Classe ISO (N.º)



N=4.431

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

No gráfico 14, podemos verificar que, a nível nacional, ocorreu uma grande diversidade na atribuição e financiamento de produtos de apoio. As maiores concentrações por Classe verificaram-se na Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal, com 1.843 produtos financiados e na Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção, com 1.748 produtos financiados.

As Classes 4: Produtos de apoio para tratamento clínico individual, 22: Produtos de apoio para comunicação e informação, 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios e 6: Ortóteses e próteses, registaram valores intermédios, com 407, 60, 177 e 173 produtos de apoio, respetivamente.

As Classes de menor expressão foram a Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências, a Classe 24: Produtos para manuseamento de objetos e dispositivos, e a Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas, com a atribuição de 2, 5 e 16 produtos respetivamente.

Verifica-se assim, à semelhança de anos anteriores, a manutenção do investimento do ISS, I.P., no grupo dos produtos de apoio para mobilidade pessoal incluídos na Classe 12 e que integram uma vasta gama de produtos, tais como: carros de baixa velocidade, adaptações para carros, cadeiras de rodas e seus acessórios, produtos de apoio para transferência e mudança de posição e para elevação e orientação; bem como nos produtos dirigidos à higiene e cuidados pessoais, no âmbito da Classe 09, que integram os produtos de apoio para vestir e despir, para proteção do corpo, traqueostomia, ostomia e incontinência.

Quadro 3 - Distribuição dos produtos de apoio por Classe ISO, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)

Distrito	04	05	06	09	12	15	18	22	24	Total
Aveiro	26		10	163	128	1	12			340
Beja	7		3	43	32	2	3			90
Braga	12		7	158	61	1	6	2		247
Bragança	1		1	91	9					102
Castelo Branco	1	1	2	1	22	1	2	3		33
Coimbra	19		5	12	83		11	3		133
Évora	6	1	2	63	22		4			98
Faro	27		1	113	75	1	2			219
Guarda	7		4	29	17		3			60
Leiria	6			85	29		4	1		125
Lisboa	108		66	301	542	3	37	21	4	1082
Portalegre	2			7	1		2	2		14
Porto	66		42	260	414	1	49	15	1	848
Santarém	26		2	86	79	1	9	1		204
Setúbal	45		11	135	198	5	9	8		411
Viana Castelo	12		3	9	30		7	3		64
Vila Real	11		5	56	40		4	1		117
Viseu	25		9	136	61		13			244
Total	407	2	173	1748	1843	16	177	60	5	4431

N= 4.431

Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais o DDS

Centrando a análise nas duas Classes de maior execução, 12 e 09, podemos verificar no quadro seguinte, o seu peso percentual relativamente ao total de produtos financiados por Centro Distrital.

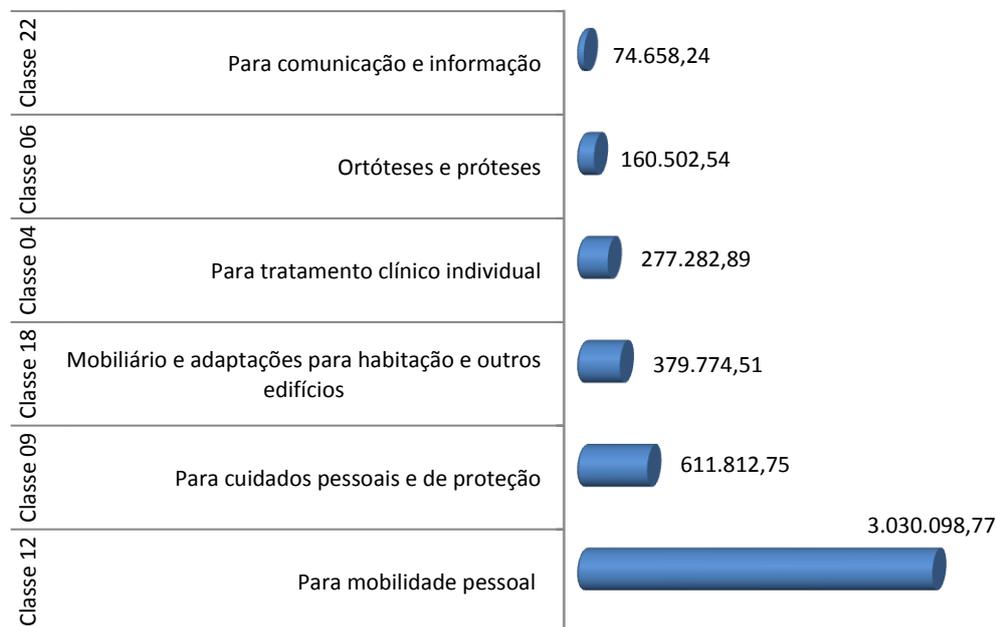
Quadro 4 - Distribuição dos produtos de apoio por Classe ISO 09 e 12, por Centro Distrital do ISS, I.P. (%)

Centro Distrital	Classe com maior % de PA		
	09	12	Classes 09 e 12 % face ao total de PA
Aveiro	47,94%	37,65%	85,59%
Beja	47,78%	35,56%	83,33%
Braga	63,97%	24,70%	88,66%
Bragança	89,22%	8,82%	98,04%
Castelo Branco	3,03%	66,67%	69,70%
Coimbra	9,02%	62,41%	71,43%
Évora	64,29%	22,45%	86,73%
Faro	51,60%	34,25%	85,84%
Guarda	48,33%	28,33%	76,67%
Leiria	68,00%	23,20%	91,20%
Lisboa	27,82%	50,09%	77,91%
Portalegre	50,00%	7,14%	57,14%
Porto	30,66%	48,82%	79,48%
Santarém	42,16%	38,73%	80,88%
Setúbal	32,85%	48,18%	81,02%
Viana Castelo	14,06%	46,88%	60,94%
Vila Real	47,86%	34,19%	82,05%
Viseu	55,74%	25,00%	80,74%
Total	39,45%	41,59%	81,04%

A nível nacional, os Distritos de Bragança e Leiria, afirmam o maior peso relativo dos produtos que integram as Classes 09 e 12, 98,04% e 91,20%, respetivamente.

No que respeita à Classe 09, que integra o produto com a classificação ISO 09 30 34 – “Produtos de apoio usados no corpo para absorção de urina e fezes”, é interessante verificar a variação distrital do financiamento a esta Classe, que assume um peso muito elevado nos Distritos de Bragança (89,22%) e Leiria (68%), apresentando por outro lado, uma execução meramente residual em Castelo Branco (3,03%) e Coimbra (9,02%).

Gráfico n.º 15 – Distribuição dos produtos de apoio por Classe ISO e Execução Financeira (€)



Fonte: Mapas síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDS

No gráfico acima podemos apreciar a distribuição da execução financeira por Classes ISO com maior expressão.

A Classe que apresentou maior execução financeira foi a Classe 12 (3.030.098,77€), (que coincide com a maior execução física - 1843 produtos), o que atesta o custo elevado dos produtos para ajudas à mobilidade pessoal onde se integram: cadeiras de rodas, manuais e elétricas, seus acessórios, as adaptações automóveis e carros de baixa velocidade. A Classe 09 é aquela que registou o segundo maior número de produtos de apoio financiados (1.748), mas que, apresenta uma execução muito inferior à verificada na Classe 12, com uma execução de 611.812,75€.

3.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

De acordo com os elementos facultados pelo Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF), o orçamento programado para a despesa a efetuar no ano 2016, na rubrica económica “Prev. Reabilit.- Ajudas Técnicas” (económica D.04.08.04.01.12), foi de 4.800.000,00€, com a distribuição plasmada no quadro seguinte:

Quadro 4 – Valor executado por Centro Distrital do ISS, I.P. (€)

Centro Distrital	(€)
Aveiro	347.071,44
Beja	85.756,56
Braga	435.761,55
Bragança	44.881,68
Castelo Branco	48.287,38
Coimbra	140.453,79
Évora	64.385,58
Faro	242.540,75
Guarda	68.111,21
Leiria	131.822,95
Lisboa	930.940,69
Portalegre	9.178,42
Porto	1.262.721,22
Santarém	222.797,38
Setúbal	387.014,41
Viana do Castelo	66.196,90
Vila Real	52.652,07
Viseu	222.611,38
Total	4.763.185,36

Fonte: DDS e Núcleo de Gestão Orçamental, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro do ISS, I.P

Como se pode verificar, em 2016 a execução foi de 99,23% o que resultou do elevado n.º de solicitações por parte dos beneficiários. A execução na sua quase totalidade, reflete também o n.º de pedidos de financiamento que ficaram por apoiar.

Importa referir que, a execução não atingiu os 100% devido ao valor que ficou por executar em cada um dos 18 Centros Distritais não ser suficiente para fazer face a nenhum pedido pendente de financiamento no âmbito deste sistema, na sua totalidade.

3.4 - SÍNTESE CONCLUSIVA

No âmbito do SAPA, e de acordo com a análise dos mapas síntese enviados pelos 18 Centros Distritais, tendo em conta as ações desenvolvidas nesta matéria durante o ano de 2016, foi possível sintetizar os seguintes indicadores:

Quadro 5 – Principais Indicadores (N.º)

Pessoas Apoiadas (N.º)		2.289
Género (N.º)	Masculino	1.166
	Feminino	1.123
Distribuição por Faixas Etárias	0-06	118
	07-12	187
	13-17	144
	18-25	207
	26-39	284
	40-54	289
	55-64	177
	65-79	343
	80 e mais anos	540
Entidades Prescritoras (N.º de Produtos prescritos)	Centros de Saúde	1.699
	Centros Especializados	2.732
Produtos de Apoio (N.º)		4.431
Orçamento Programado (€) (DGCF/ISS, I.P)		4.800.000,00
Orçamento Executado (€) (DGCF/ISS, I.P)		4.763.185,36
Taxa de Execução Financeira (%)		99,23%

PARTE V

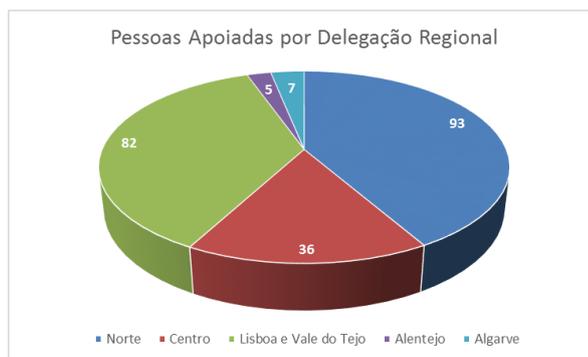
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP, I.P.)

1. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

1.1 PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO

Do apuramento efetuado foi possível verificar que durante o ano de 2016 beneficiaram de apoios para aquisição e/ou reparação de produtos de apoio indispensáveis ao acesso e manutenção do emprego ou progressão na carreira ou acesso e frequência de formação profissional, 223 pessoas com deficiência e incapacidade.

Gráfico 1: Distribuição das pessoas apoiadas por região

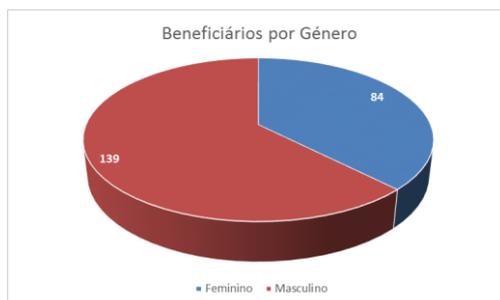


A maioria das pessoas que beneficiaram de produtos de apoio reside na área de intervenção da Delegação Regional do Norte (41,7%), a que se seguem as pessoas que residem na área geográfica de intervenção da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (36,8%).

1.2 PESSOAS APOIADAS POR GÉNERO

Relativamente às pessoas abrangidas por género, verifica-se que das 223 pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas, 84 eram do sexo feminino e 139 do sexo masculino.

Gráfico 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR GÉNERO



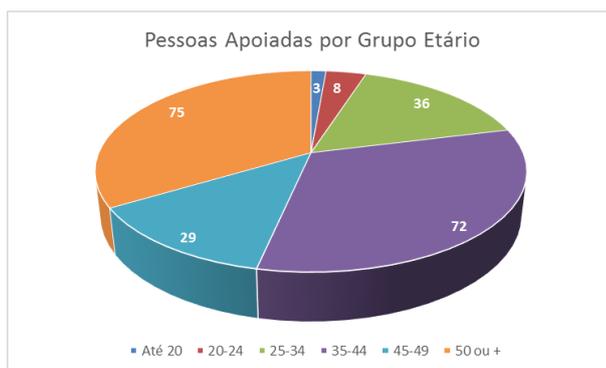
Numa análise por género, verifica-se que a maioria das pessoas que beneficiou de produtos de apoio são homens, que representaram 62,3% das pessoas apoiadas, enquanto as mulheres representam apenas 37,7%.

1.3 PESSOAS APOIADAS POR GRUPO ETÁRIO

No que se refere à distribuição das pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas por grupo etário, verifica-se que a maioria dos produtos de apoio foi atribuída a pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, que representam cerca de 48,4% do total de pessoas apoiadas.

Destaca-se também, o número de pessoas apoiadas no escalão etário de 50 ou mais anos, que representam 33,6% do total de pessoas apoiadas e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 35 e 44 anos com 32.3%

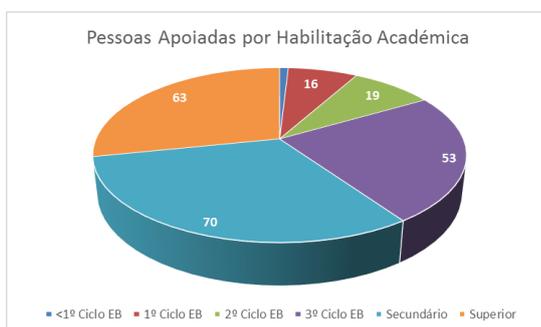
Gráfico 3: Distribuição das pessoas apoiadas por grupo etário



1.4 PESSOAS APOIADAS POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Relativamente à distribuição das pessoas com deficiência e/ou incapacidade apoiadas por habilitações académicas, podemos verificar que o maior número de pessoas apoiadas tem como habilitações o ensino secundário (31,4%), a que se seguem as pessoas com o ensino superior (28,3%). No seu conjunto estes dois grupos representam quase 60% do total, o que pode indicar que o acesso aos produtos de apoio depende também do maior ou menor acesso à informação.

Gráfico 4: Distribuição das pessoas apoiadas por habilitações académicas



1.5 PESSOAS APOIADAS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Finalmente, no que se refere ao tipo de deficiência, constata-se que as pessoas com alterações das funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com movimento representam 67,3% das pessoas apoiadas, seguidas das pessoas com alteração das funções da visão e relacionadas (22,8%).

Gráfico 5: Distribuição dos produtos de apoio por tipo de deficiência/alteração das funções



2 - CARACTERIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL

A execução física e financeira global para o ano de 2016 relativa ao financiamento de produtos de apoio pelo IEFP, I. P., destinados ao acesso e frequência de formação profissional e ao acesso, progressão e manutenção do emprego foi de 495 produtos atribuídos, com um custo global de 1.790.987,73 €, tal como apresentado no quadro que se segue.

Quadro 1 – Execução física e financeira global

Delegação Regional	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Norte	174	613.569,61 €
Centro	91	308.724,49 €
Lisboa e Vale do Tejo	200	760.457,48 €
Alentejo	13	48.343,45 €
Algarve	23	59.892,70 €
Total	501	1.790.987,73 €

2.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Se efetuarmos uma análise dos produtos de apoio e dos montantes atribuídos por deficiência podemos verificar que 63,7% dos produtos atribuídos se destinaram a pessoas com alterações das funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento que representa 64,8% do total do financiamento concedido. Os produtos de apoio concedidos às pessoas com alterações nas funções da visão e relacionadas representam 25,5% dos produtos de apoio atribuídos, o que corresponde a 23,7% do total do financiamento concedido.

Quadro 2 - Execução física e financeira por tipo de deficiência/alteração das funções

Funções do Corpo (Classificação CIF)	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Funções auditivas e vestibulares	54	205.480,52 €
Funções da visão e relacionadas	128	424.624,87 €
Funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento	319	1.160.882,34 €
Total	501	1.790.987,73 €

3. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSIFICAÇÃO ISO

A lista homologada, aprovada pelo Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro, realiza o agrupamento dos produtos de apoio passíveis de financiamento, em função de códigos ISO, por Classes, Subclasses e Divisões identificadas através de um código numérico até seis dígitos, distribuídas da seguinte forma:

Classe 04: Produtos de Apoio para Tratamento Clínico

Classe 05: Produtos de Apoio Treino de Competências

Classe 06: Ortóteses e Próteses

Classe 12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal

Classe 18: Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Edifícios

Classe 22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação

Classe 24: Produtos de Apoio para Manuseamento de Objetos e Dispositivos

Classe 30: Produtos de Apoio para Atividades Recreativas

Em termos globais podemos verificar que a maior percentagem de produtos de apoio financiados foi efetuada na Classe 12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal, que representam isoladamente 38,5% (193) do total dos produtos de apoio financiados, logo seguidas da Classe 22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação, com 37,5% (188) do total das atribuições. Em conjunto, estas duas

classes ISO representam 76% do total das prescrições financiadas. Se a estas duas Classes somarmos a Classe 06: Ortóteses e Próteses ficamos com 89% do total dos produtos de apoio financiados.

Quadro 3 – Execução física por classificação ISO a 2 dígitos

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos								TOTAL
	04	05	06	12	18	22	24	30	
Norte	19	0	26	67	0	62	0	0	174
Centro	6	0	8	36	0	41	0	0	91
Lisboa e Vale do Tejo	22	1	26	79	3	67	1	1	200
Alentejo	1	0	1	7	0	4	0	0	13
Algarve	1	0	4	4	0	14	0	0	23
Total	49	1	65	193	3	188	1	1	501

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO ISO

No que se refere ao montante do financiamento atribuído por Classificação ISO, verificamos que o grupo mais representativo é o da Classe 12 – Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal (56,1%), seguido pela Classe 06 – Ortóteses e Próteses (21,5%) e pela classe 22 - Produtos de Apoio para a Comunicação e Informação (20,1%).

Quadro 4: Produtos financiados por classificação ISO

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos (Financiamento Atribuído)								TOTAL
	04	05	06	12	18	22	24	30	
Norte	8.078,24 €	0,00 €	132.419,03 €	359.992,64 €	0,00 €	113.079,71 €	0,00 €	0,00 €	613.569,61 €
Centro	3.045,79 €	0,00 €	47.341,04 €	178.258,39 €	0,00 €	80.079,27 €	0,00 €	0,00 €	308.724,49 €
Lisboa e Vale do Tejo	12.577,23 €	2.859,25 €	177.492,09 €	410.885,31 €	13.290,03 €	142.850,38 €	171,64 €	331,56 €	760.457,48 €
Alentejo	414,43 €	0,00 €	4.399,00 €	40.474,74 €	0,00 €	3.055,28 €	0,00 €	0,00 €	48.343,45 €
Algarve	664,91 €	0,00 €	22.948,20 €	15.237,93 €	0,00 €	21.041,66 €	0,00 €	0,00 €	59.892,70 €
Total	24.780,60 €	2.859,25 €	384.599,35 €	1.004.849,01 €	13.290,03 €	360.106,29 €	171,64 €	331,56 €	1.790.987,73 €

Quadro 5: Custo médio dos produtos de apoio atribuídos por classificação ISO

Classe ISO	Produtos Atribuídos	Montante Pago	Custo Médio
Classe 04: Produtos de Apoio para Tratamento Clínico	49	24.780,60 €	505,73 €
Classe 05: Produtos de Apoio Treino de Competências	1	2.859,25 €	2.859,25 €
Classe 06: Ortóteses e Próteses	65	384.599,35 €	5.916,91 €
Classe 12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal	193	1.004.849,01 €	5.206,47 €
Classe 18: Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Edifícios	3	13.290,03 €	4.430,01 €
Classe 22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação	188	360.106,29 €	1.915,46 €
Classe 24: Produtos de Apoio para Manuseamento de Objetos e Dispositivos	1	171,64 €	171,64 €
Classe 30: Produtos de Apoio para Atividades Recreativas	1	331,56 €	331,56 €
TOTAL	501	1.790.987,73 €	3.574,83 €

Em termos comparativos de custos médios, não podemos deixar de notar, tal como tem sido habitual ao longo dos anos, que as classes que maiores custos médios têm são a Classe 06 – Ortóteses e Próteses e a Classe 12 - Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da evolução das atribuições dos últimos 5 anos podemos verificar que o número de pessoas apoiadas, produtos de apoio atribuídos e financiamento concedido pelo IEFP, I. P., tem vindo a conhecer em termos médios anuais, um crescimento contínuo que, pese embora o ligeiro decréscimo que se verificou no ano de 2015 relativamente a 2014, explicado pelo processo de adaptação ao SAPA, que continua a ser visível.

Quadro 6: Evolução dos últimos 5 anos

Delegação Regional	Pessoas					Produtos Apoio					Montante Atribuído				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	31	103	139	114	93	56	155	241	250	174	179.651,56 €	552.658,48 €	716.000,03 €	753.421,25 €	613.569,61 €
Centro	23	22	54	29	36	39	25	90	60	91	145.135,56 €	134.892,91 €	240.179,27 €	208.343,83 €	308.724,49 €
Lisboa e Vale do Tejo	30	74	90	72	82	74	127	211	156	200	189.910,50 €	516.992,84 €	621.006,26 €	549.420,50 €	760.457,48 €
Alentejo	3	10	12	1	5	3	17	16	4	13	8.375,33 €	32.430,54 €	153.339,21 €	15.732,86 €	48.343,45 €
Algarve	0	6	8	1	7	0	8	10	25	23	0,00 €	19.614,05 €	40.761,04 €	39.353,39 €	59.892,70 €
Total	87	215	303	217	223	172	332	568	495	501	523.072,95 €	1.256.588,82 €	1.771.285,81 €	1.566.271,83 €	1.790.987,73 €

Gráfico 6: Distribuição das pessoas apoiadas por região

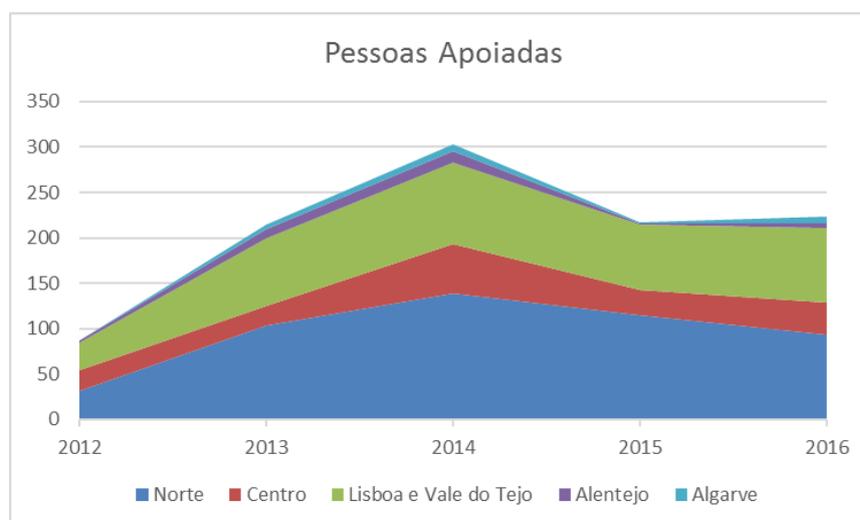


Gráfico 7: Distribuição dos produtos de apoio atribuídos por região

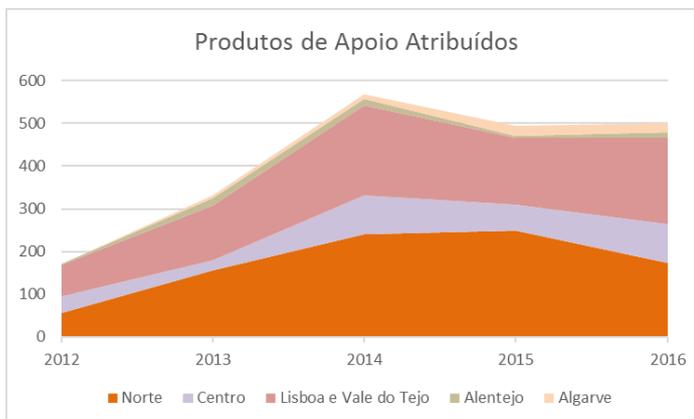
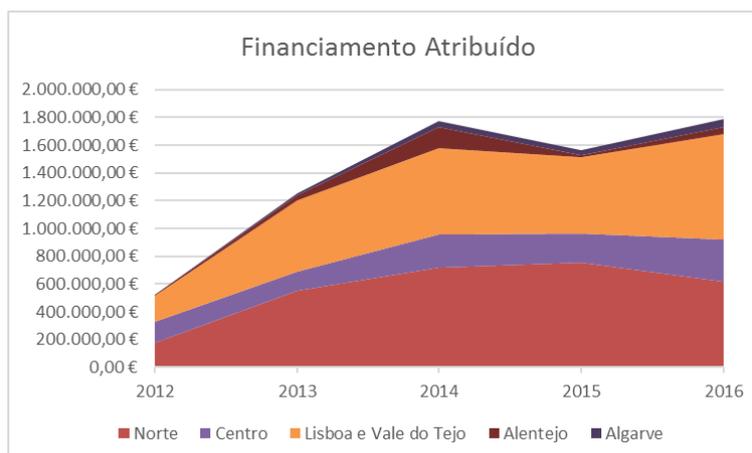


Gráfico 8: Distribuição das pessoas apoiadas por região



Confirma-se que os constrangimentos decorrentes da introdução da BDR-SAPA, que condicionou a execução de 2015, começaram a atenuar-se a partir do início do 4.º trimestre, conforme referido no nosso anterior relatório.

O IEFP, I. P., participou ainda nas reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio, bem como no Grupo de Trabalho que preparou e acompanha a implementação da base de dados. No âmbito da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio foram ainda rececionadas e respondidas as questões/exposições dirigidas à caixa de correio criada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. para efeitos do SAPA: produtosdeapoio@inr.mtsss.pt.

PARTE VI

DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE)

Considera-se produto de apoio “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamento, instrumentos, tecnologia e software) especialmente produzido ou geralmente disponível, que se destina a prevenir, compensar, monitorizar, atenuar ou neutralizar limitações da atividade e restrições na participação” (DL n.º 93/2009 de 16 de abril).

No caso das crianças e jovens que frequentam o sistema educativo e que necessitam de produtos de apoio, compete ao Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, o financiamento e atribuição de um conjunto de produtos de apoio considerados necessários para o acesso ao currículo.

Os produtos de apoio constituem-se como um elemento facilitador no processo de ensino e de aprendizagem, ao eliminarem muitas das barreiras existentes em áreas como a comunicação, a manipulação, a aprendizagem e independência pessoal.

Numa perspetiva mais ampla os produtos de apoio em contexto escolar são, indubitavelmente, um fator de inclusão, participação e equidade ao possibilitar aos alunos com deficiência e/ou incapacidade o acesso ao currículo nas suas diferentes componentes

Na sequência da publicação do Despacho n.º 10909/2016, de 8 de setembro, foi fixada a verba no montante de 400.000,00€, a disponibilizar pelo Ministério da Educação para o financiamento de produtos de apoio, os quais são adquiridos e entregues aos alunos pelos agrupamentos de escolas ou escolas privadas que estes frequentam.

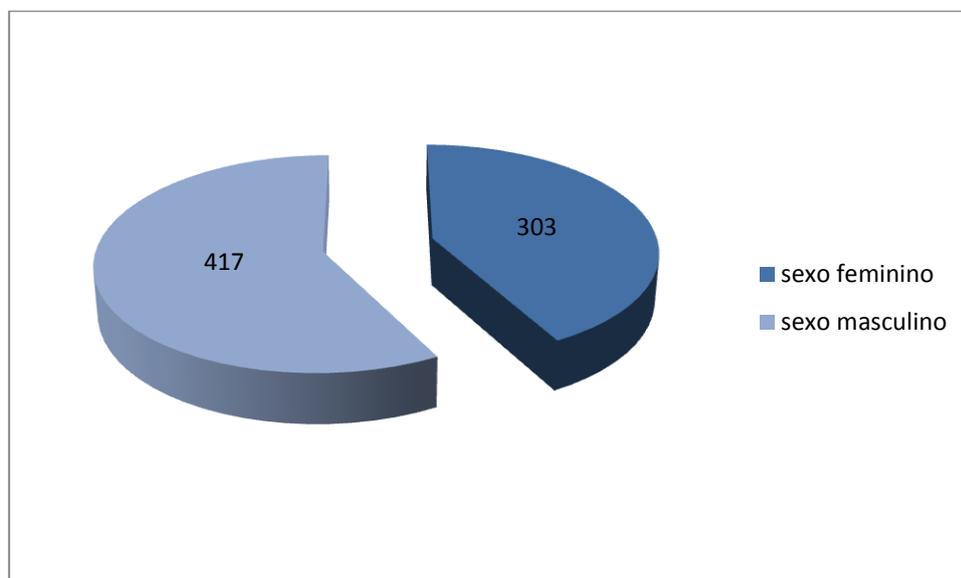
1. Atribuição de produtos de apoio

No ano de 2016 foram atribuídos e financiados 1152 produtos de apoio através de 379 agrupamentos de escolas em resultado das prescrições efetuadas por 22 Centros de Recursos Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC). Os CRTIC do Porto e o de Sintra foram aqueles que efetuaram um maior número de prescrições. Atente-se que estes CRTIC apoiam concelhos de grande densidade populacional. O Porto apoia os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Valongo, Paredes e Gondomar. O CRTIC de Sintra apoia os concelhos de Oeiras, Sintra, Cascais e Mafra.

1.1 Distribuição de alunos que receberam produtos de apoio por sexo

Conforme representado na Figura 1, num total de 720 alunos que receberam produtos de apoio, 417 são do sexo masculino e 303 do sexo feminino.

Figura 1-Distribuição dos alunos que receberam produtos de apoio por sexo



A percentagem de alunas que recebeu produtos de apoio situa-se nos 42% e a dos alunos nos 58%.

1.2 Distribuição de produtos de apoio por categoria

No que se refere à classificação dos produtos de apoio disponibilizados em 2016, de acordo com a *Norma Portuguesa, Produtos de Apoio para Pessoas com Incapacidade e Deficiências, Classificação e Terminologia (ISO 9999:2007)* e a lista homologada de produtos de apoio para o ano de 2016 (Despacho n.º 7179/2016, de 1 de junho), verificou-se que a maior percentagem de produtos de apoio, 54,77%, refere-se a “*computadores e periféricos*” (Categoria 22 33) com a atribuição de 631 produtos de apoio.

A Categoria de produtos de apoio 22 06 - *produtos de apoio para ouvir* - com menor número de atribuições (4) traduz-se em uma percentagem de 0,34%. Os produtos de apoio desta categoria - sistemas FM para alunos com aparelhos auditivos ou implantes cocleares - para que possam ser prescritos pelos CRTIC, carecem de uma informação clínica precisa, realizada por médico otorrinolaringologista.

Quadro 2 – Classificação dos produtos de apoio por referência à classificação ISO 9999:2007

Classificação ISO 9999:2007	N.º de PA	%
22 33 - Computadores e periféricos	631	54,77%
22 36 - Dispositivos de entrada para computadores	164	14,23%
22 39 - Dispositivos de saída para computadores	62	5,31%
22 12 - Produtos de apoio para desenho e escrita	61	5,21%
22 06 -Produtos de apoio para ouvir	4	0,34%
22 15- Produtos de apoio para cálculo	11	0,95%
18 06- Equipamento de iluminação	10	0,86%
05 03- Produtos de apoio para terapia e treino da comunicação	44	3,81%
05 06 - Produtos de apoio para treino de comunicação alternativa e aumentativa	159	14%
24 16- Produtos de apoio para manusear	6	0,52%
TOTAL	1152	100%

Como informação adicional, refere-se que na categoria 22 33 - *Computadores e periféricos*, incluem-se *tablets que*, na grande maioria das situações, têm como função primordial o suporte a *software* específico para a comunicação alternativa e aumentativa.

2. Execução Financeira

No que se refere à execução financeira, foi disponibilizado o montante global de 399. 965,09€ relativamente ao total em orçamento de 400.000,00€ o que representa uma taxa de execução financeira de 99,9%.

PARTE VII

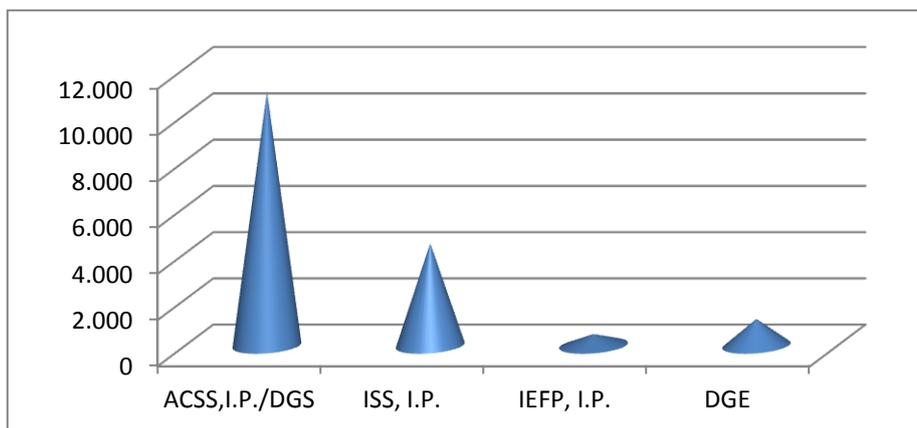
SINTESE GLOBAL DAS ENTIDADES

Durante o ano de 2016 foram atribuídos **17.075** produtos de apoio através dos Hospitais, Centros Distritais da Segurança Social e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., de acordo com a tabela que se segue:

Tabela 1- Distribuição de produtos de apoio financiados por entidade

Entidade	Quantidade Produtos de Apoio
ACSS,I.P./DGS	10.997
DGE	1.152
ISS,I.P.	4.431
IEFP	495
TOTAL	17.075

Gráfico 1- Nº de produtos de apoio atribuídos por entidade



Nos valores apresentados verifica-se um aumento significativo da atribuição de produto de apoio na área da Educação comparativamente ao ano anterior conforme se encontra justificado na pág. 13 deste relatório.

Pelo **ISS, I.P.**, foram apoiadas 2.289 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, das quais 1.166 são do sexo masculino e 1.123 do sexo feminino, tendo-lhe sido concedidos 4.431 produtos de apoio.

O ISS, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 4.763.185,36€, num Orçamento Programado no valor orçamentado de 4.800.000,00 € apresentando uma Taxa de Execução de 99,23%.

Quanto aos elementos disponibilizados pela **DGS**, das 9.870 pessoas com deficiência e/ou incapacidade apoiadas, foram prescritos um total de 10.997 produtos de apoio, os quais foram igualmente distribuídos entre géneros (50% sexo feminino, 50% sexo masculino)

A tipologia da deficiência e/ou incapacidade mais evidenciada foi a orgânica (34%), logo seguida da motora (33%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram.

No tocante à execução financeira, o montante global reportado foi de 4.183.203,08€, relativamente ao total concedido de 7.000.000,00€ com uma Taxa de execução de 59,76%.

Pelo **IEFP, I.P.**, foram apoiadas 223 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, das quais 62,3% do sexo masculino e 37% do sexo feminino com uma maior incidência na deficiência neuromúsculo-esquelética/motora (67,3%) e de seguida as pessoas com alteração das funções de visão e relacionadas (22,8%), tendo sido concedidos 495 produtos de apoio. O IEFP, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 1.790.987,73 € num Orçamento Programado de 1.780.000,00 €, apresentando uma Taxa de Execução cerca de 100%.

Pela **DGE**, no ano de 2016, à semelhança de anos anteriores, toda a verba disponível em orçamento para a atribuição de produtos de apoio pelo Ministério da Educação e Ciência, foi executada tendo presente o aumento das verbas orçamentadas para o dobro dos anos anteriores.

Foram atribuídos num conjunto de 379 agrupamentos de escola, 720 produtos de apoio correspondendo a 417 alunos do sexo masculino e 303 do sexo feminino, no valor global de 399.965,0946€, de um Orçamento inicial de 400.000,00€, representando uma taxa de execução de 99,9%.

No âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, e de acordo com a análise dos dados reportados ao INR, I.P., pelas entidades financiadoras deste Sistema durante o ano de 2016, foi possível aferir um conjunto de indicadores globais que de seguida serão apresentados.

PARTE VIII

SÍNTESE CONCLUSIVA GLOBAL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO DAS ENTIDADES REFERENTE AO ANO DE 2016

Em resumo, tendo em conta os principais indicadores globais da execução física e financeira, poderemos concluir o seguinte:

No que diz respeito à execução física apresentada pela ACSS, I.P./DGS, pelo ISS, I.P., pelo IEFP, I.P. e pela DGE referente ao ano de 2016 foram financiados no seu total 17.075 produtos de apoio e apoiadas 13.102 pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Em termos de execução financeira, de acordo com as verbas disponibilizadas para o financiamento de produtos de apoio para o ano de 2016, referidas no despacho n.º 10909/2016 de 8 de setembro o mesmo apresenta um orçamento programado global de 13.580.000,00€ e executada a verba no valor de 11.137.341,26€

Os restantes valores apresentados no Quadro n.º 1, têm por base a informação remetida pelas respetivas entidades financiadoras, através do envio dos respetivos relatórios anuais da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio referente ao ano de 2016.

Quadro n.º 1 – Quadro resumo da execução global física e financeira das entidades financiadoras referente ao ano de 2016

Entidades Financiadoras	ISS, I.P.	ACSS, I.P./DGS	IEFP, I.P.	DGE	Valores Globais
Pessoas Apoiadas (N.º)	2.289	9.870	223	720	13.102
Produtos de Apoio atribuídos (N.º)	4.431	10.997	495	1.152	17.075
Orçamento Programado (€)	4.800.000,00	7.000.000,00	1.780.000,00	400.000,00	13.980.000,00
Orçamento Executado (€)	4.763.185,36	4.183.203,08	1.790.987,73	399.965,09	11.137.341,26
Taxa de execução (%)	99,23	59,76	100	99,9	79,67

No que concerne ao financiamento de Produtos de Apoio durante o ano de 2016, o mesmo foi monitorizado em sede de CAPA, constituída pelos elementos já anteriormente referenciados, a qual se reúne mensalmente para apreciação da execução física e financeira mensal das entidades com responsabilidade no financiamento de produtos de apoio no âmbito deste Sistema, bem como da análise casuística da informação recebida através do endereço eletrónico produtosdeapoio@inr.mtsss.pt, de forma a agilizar respostas e articulações entre os parceiros na resolução das preocupações reportadas pelos cidadãos que a este Sistema de financiamento recorrem.

Durante o ano de 2016, resultado da monitorização mensal realizada em sede de CAPA, sobre os processos novos rececionados via endereço eletrónico foram agilizados 158 casos tal como se descreve:

Quadro n.º 2 – Monitorização de processos rececionados e analisados em sede de CAPA

DGS	ISS, I.P.	DGE	IEFP, I.P.	INR, I.P.	Total
13	29	1	7	5	55

OBS: Apenas são contabilizados mensalmente os processos novos, rececionados via caixa de correio eletrónico produtosdeapoio@inr.mtsss.pt.

Verifica-se assim que durante o ano de 2016 foram rececionados nesta caixa de correio eletrónico um total de 55 novos processos, dos quais 13 foram encaminhados para resposta pela DGS (por se tratar de matéria do âmbito daquela entidade), 29 foram respondidos pelo ISS, I.P. (por se tratar de matéria sobre a qual deveria ser esta a entidade a pronunciar-se), 1 foram encaminhados para resposta pela DGE (para melhor esclarecimento no âmbito da educação), 7 foram encaminhados para o IEFP, I.P. (por se tratar de matéria do âmbito daquele Instituto) e 5 foram respondidos diretamente ao requerente pelo INR, I.P., existindo uma diminuição considerável na entrada de processos pela caixa de correio eletrónica produtosdeapoio@inr.mtsss.pt refletindo um diferença de menos 42 processos que no ano de 2015.

No que diz respeito à BDR-SAPA, foram realizados os ajustes assinalados pelas entidades financiadoras e prescritoras, pelo que ao momento encontra-se em pleno funcionamento tendo sido ultrapassados os constrangimentos observados aquando da sua implementação. O INR, I.P., enquanto entidade gestora manteve sempre um acompanhamento de proximidade entre as partes envolvidas no Sistema e o Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.), objetivando sempre o minimizar de qualquer dano que possa causar aos cidadãos e cidadãs na obtenção de prescrição de produtos de apoio no âmbito do SAPA, estando empenhado na constante melhoria, respeitando seus deveres, a sua missão e obrigações para com as pessoas com deficiências e/ou incapacidades.